

FAZER DO 1.º DE MAIO UMA GRANDE JORNADA DE UNIDADE E DE LUTA DOS TRABALHADORES!

NAS origens do 1.º de Maio está a luta de massas por melhores condições de vida e de trabalho. É a força da classe operária e dos restantes trabalhadores que se comemora nesse dia. São os seus direitos e interesses, claramente identificados com os superiores interesses nacionais, que mais uma vez se vão manifestar em liberdade no próximo domingo. Façamos, pois, desse dia um novo marco na defesa da unidade das massas trabalhadoras, do Movimento Sindical, de todas as forças democráticas e progressistas, numa grandiosa jornada de luta contra a reacção e o perigo do fascismo.

Pág. 12



25 DE ABRIL, SEMPRE!

Democratas e antifascistas, de Norte a Sul do país, comemoraram sob múltiplas formas a data gloriosa do 25 de Abril, isolando os saudosistas do passado, os que querem o regresso ao 24 de Abril. Os festejos e comemorações constituíram uma impressionante afirmação do alargamento da unidade popular, democrática e antifascista. O 25 de Abril permanece vivo no coração do Povo.



Aspecto parcelar da multidão, calculada em cerca de 60 mil pessoas, que se concentrou no dia 25, à tarde, no Parque Eduardo VII, em Lisboa

ASSEMBLEIAS DO PARTIDO MOBILIZAM A ORGANIZAÇÃO

Os partidos da direita e os que lhe fazem o jogo enchem a boca com a "democracia" e empenham-se numa desenfreada campanha anticomunista, alimentada pelos órgãos de informação ao seu serviço. Entretanto, — e disso esses jornais não falam — o PCP desenvolve uma intensa actividade interna, caracterizada pelo livre e amplo debate com a participação de dezenas de milhares de comunistas e amigos do Partido. Para além das reuniões e trabalhos preparatórios da Conferência económica, prosseguem as assembleias dos diversos organismos, como foi o caso recente da célula da Sorefame (na foto) e da organização concelhia de Grândola, Vila Morena.



Pág. 9

CHECOSLOVÁQUIA-77:

O QUE É O SOCIALISMO
DE «ROSTO HUMANO»?

BERLIM-OESTE:

MONTRA FALSA DO
CHAMADO «MUNDO LIVRE»

MANIFESTO À NAÇÃO
DO PC BRASILEIRO

LISBOA:

CENTRO DA LUTA
CONTRA O «APARTHEID»
O RACISMO
E O COLONIALISMO

Pág. 10/11

JÁ ULTRAPASSÁMOS OS 40 MIL CONTOS!



POSIÇÃO EM 22 DE ABRIL - TOTAIS ACUMULADOS

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL «AVANTE!»	6 190 003\$00
OR dos AÇORES	1 151 493\$70
do ALENTEJO	36 462\$00
do ALGARVE	1 956 540\$60
das BEIRAS	719 540\$50
de LISBOA	1 176 766\$30
da MADEIRA	14 405 895\$70
do NORTE	52 388\$30
do OESTE E RIBATEJO	3 391 102\$40
de SETÚBAL	2 381 489\$60
EMIGRAÇÃO	6 084 819\$30
UEC	2 043 313\$30
UJC	628 639\$60
POR CLASSIFICAR (*)	442 146\$00
	984 853\$40

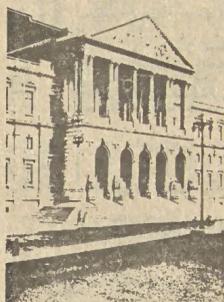
41 645 453\$70

Discurso de Octávio Pato na Assembleia da República



Pág. 3

(*) Trata-se da soma das quantias entradas na Conta D.O. 13672 do BPSM - Av. Liberdade das quais as organizações do Partido ainda não enviaram à C.C.C. as correspondentes Notas de Entrega.



Os Comunistas na Assembleia da República

Situação inquietante no sector das pescas

Há quase dois meses, desde o dia 28 de Fevereiro, que a frota portuguesa do alto, composta por 33 arrastões que operam ao largo das costas da Mauritânia, se encontra praticamente paralisada. Estes dois meses de inactividade, traduzem-se em mais de 3000 toneladas de peixe branco não capturado, ou seja, numa diminuição do abastecimento nacional que terá de ser compensada com importações. Estes dois meses de inactividade traduzem-se, também, em mais de 100000 contos de pescas perdidas e, para os trabalhadores do mar, que recebem em função do rendimento das capturas, em salários de miséria, inferiores aos mínimos nacionais. Para algumas empresas, particularmente para as empresas nacionalizadas Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca de Arrasto e Companhia Portuguesa de Pesca, que se encontram em grave situação financeira, a paralisação da frota traduz-se numa ausência de receitas que pode tornar-se fatal, não se sabendo neste momento se conseguirão arrancar de novo após esta prolongada paralisação.

Foi com estas palavras que a deputada do PCP Alda Nogueira iniciou, na passada quinta-feira uma intervenção sobre a política de pescas do MAP. Mais adiante, acrescentou: "As consequências da paralisação da frota do alto estão à vista, e são graves, pois comprometem o futuro imediato de importantes empresas do sector público, postos de trabalho de milhares de tripulantes, operários de estaleiros e funcionários administrativos nessas empresas e em firmas subsidiárias, comprometem o abastecimento e provocam saída de divisas.

Proseguindo a sua intervenção, e depois de criticado o Governo por, a par desta situação, já ter anunciado aos sindicatos que os contratos do pessoal do mar terão de ser revistos, Alda Nogueira acrescentou:

"Esta situação inquietante, lesiva dos interesses dos trabalhadores do mar e dos consumidores em geral, é tanto mais grave quanto afecta, sobretudo, empresas do sector público que o 25 de Abril de 1974 veio encontrar em situação de ruína total e que só a intervenção do Estado salvou do colapso. Acresce que essas empresas, por outro lado, representam a parte mais importante da frota que pesca fora de águas portuguesas, no bacalhau, na pescada do sudoeste africano e nos bancos pesqueiros da Mauritânia. Essas empresas continuam a atravessar uma grave crise pois a despeito das promessas periodicamente repetidas, ainda não se viu nenhum plano coerente de reorganização.

Mais adiante, a deputada Alda Nogueira acrescentou: "Repetidamente, os trabalhadores e os gestores progressistas que têm vindo a ser saneados apresentaram as causas da crise do sector e tornaram públicas as medidas necessárias para a vencer. Saneamento financeiro das empresas, política de preços compensadores à produção, controlo pelo Estado dos circuitos de comercialização, renovação da frota, construção de infra-estruturas de frio para apressar as descargas e reduzir as paralisações em porto, apetrechamento dos estaleiros de reparação da Margem Sul para apressar os trabalhos de manutenção e reparações. Tais têm sido as soluções pelas quais os trabalhadores se têm batido, esbarrando com a indiferença do Governo ou com o boicote declarado à apresentação pública das medidas necessárias. Mais uma vez, em mais um importante sector da nossa economia, se assiste ao estrangulamento do sector público, ao boicote do esforço dos trabalhadores, ao facilitar a vida aos privados, particularmente aos intermediários parasitas que compram barato às empresas nacionalizadas o peixe que vão vender caro aos trabalhadores.

A esta incapacidade para resolver eficazmente os problemas das empresas do sector público — salientou ainda a deputada do PCP — que marcam passo há quase dois anos, vem somar-se agora o desmantelamento da Administração pesqueira, montada após o 25 de Abril. Enquanto que, em todo o mundo, se procura desenvolver uma administração pesqueira autónoma e dotada de importantes meios para poder dar resposta aos complexos problemas que esta actividade coloca, entre nós assiste-se à atrofia da secretaria de Estado das Pescas, ao seu progressivo desmantelamento, ao afastamento dos técnicos progressistas que a montaram depois do 25 de Abril, e ao regresso ao passado, evidenciado pelo número inquietante de caras antigas que voltam a aparecer.

Apesar de tudo, os trabalhadores são sistematicamente marginalizados: contrariamente ao preceituado na Constituição, contrariamente ao que estabeleceu o próprio Decreto-Lei que nacionalizou as empresas em Julho de 1976, as novas Comissões Administrativas que acabam de ser empossadas, foram designadas sem audição dos trabalhadores.

E a finalizar a sua intervenção, Alda Nogueira acrescentou: "As grandes empresas da nossa pesca industrial atravessam talvez a sua mais grave crise. Perante o que se conhece da actuação governamental, os trabalhadores têm razões para estar inquietos.

A luta dos rendeiros é para que os portugueses tenham mais pão!

O deputado do PCP Vítor Louro proferiu, na passada sexta-feira na Assembleia da República uma importante intervenção sobre a luta dos rendeiros, tendo afirmado a dado passo:

"Em 15 de Abril de 1975 foi publicado o Decreto-Lei 201/75, através do qual o Governo deu satisfação legislativa às justas e sentidas reivindicações dos agricultores-rendeiros. O cumprimento dessa lei permite aos rendeiros ganhar foros de autonomia social, quebrando os laços de dependência relativamente aos senhorios, e especialmente no caso das parcerias.

Esta lei proibiu a parceria — princípio que a Constituição veio a abrigar um ano mais tarde, ao estabelecer que serão criadas as condições aos cultivadores para a sua efectiva abolição. E fê-lo bem, a nosso ver, porque a abolição efectiva e total da parceria carece de outras condições além da lei, dadas as características da dependência que acidentalmente se estabeleceu dos agricultores-parceiros relativamente aos proprietários. É efectivamente necessário, para atingir esse objectivo, proporcionar aos agricultores o crédito indispensável à sua autonomia financeira, e as condições de segurança social que os protegem dos abusos que são tentados a cometer os grandes proprietários absenteeistas, que vêem com a sua liberdade de exploração do trabalho de outros homens — que neste caso é geralmente do trabalho de homens, mulheres, velhos e crianças, que diariamente, nas mais rudes e desumanas condições, são obrigados a trabalhar para satisfazer as enormes exigências do proprietário e senhorio absenteeista, que com frequência chega a levar-lhes metade e mesmo dois terços das produções.

Depois de ter considerado tal processo como especialmente responsável pela escandalosa descapitalização da nossa agricultura, Vítor Louro acrescentou:

"O Decreto-Lei 201/75, enfrentando correctamente estes problemas, é portanto uma lei justa, e indispensável quer para a melhoria das condições de vida nos campos, quer para o progresso económico agrícola. O seu cumprimento permite, só por si, o desenvolvimento positivo das relações de produção no campo e do auto-investimento no sector, condições indispensáveis ao aumento da produção agro-pecuária — aumento este que é, por sua vez, condição essencial para atingir a nossa prioridade de desenvolvimento da economia nacional e da nossa própria independência. Eis pois uma medida indispensável para vencer a crise em que o país se debate, que permite uma rápida e sensível diminuição das nossas importações.

Entretanto, Vítor Louro não deixou de adiantar que a prática tem demonstrado a necessidade de introduzir algumas melhorias na lei — facto reivindicado com insistência pelas organizações de rendeiros. E o deputado do PCP prosseguiu:

"Estas organizações têm assumido um papel fundamental e insubstituível como motores da divulgação e aplicação da lei do arrendamento rural. O MARN, a ARBA e diversas ligas, com especial destaque para as do distrito de Lisboa, têm constituído a componente popular que tem sido determinante para a concretização do que a lei estabelece. Com uma actividade sempre crescente, com um dinamismo assinalável, e com grande sentido de responsabilidade, estas organizações têm multiplicado as reuniões e encontros de rendeiros e a acção junto das Instâncias do Poder. Contam-se por muitos milhares os rendeiros que têm participado em

muitas dezenas destas iniciativas realizadas nas mais diversas localidades deste país, tantas vezes contrariando a hostilidade de arregimentados reacçãoários. E assim se tem generalizado e desenvolvido a consciência colectiva da necessidade desta lei e a mobilização em torno da sua defesa e aplicação.

Por seu turno, o MAP, conforme salientou Vítor Louro, não só não se tem empenhado no cumprimento e aperfeiçoamento da lei, como pelo contrário estimula acções que visam o não cumprimento da lei: A este respeito o deputado comunista referiu ainda:

"Na realidade esse órgão do executivo apressou-se a desfazer o SADA e a imobilizar dezenas de técnicos que ao longo de quase 2 anos se empenharam na divulgação e concretização da lei do arrendamento rural. E para completar a sua acção, remeteu esses técnicos para os serviços oficiais que durante todo este período se mostraram um obstáculo oficial à aplicação da lei. Com o "alibi" da nova lei orgânica do Ministério, os responsáveis desse departamento mantêm inactivos há cerca de 4 meses dezenas de técnicos, e assim contradizem objectivamente as propaladas carências e demonstram também objectivamente o desmazelo com que gerem os dinheiros públicos além de, sempre objectivamente, desmascarar o verdadeiro sentido do que entendem por defesa dos interesses dos agricultores.

Depois de ter ainda criticado duramente o ministro Barreto por não dialogar com os rendeiros, enquanto que não se importa de receber os "chefes" da CAP, o deputado Vítor Louro finalizou a sua intervenção afirmando:

"Sem dúvida que o aparelho de Estado, alguns Ministérios por um lado e alguns órgãos de comunicação social por outro, tentam inventar e promover falsos representantes dos interesses das classes trabalhadoras, e demolir as verdadeiras associações surgidas do movimento popular de luta pela democracia e pelo socialismo. Eis uma manobra votada ao fracasso que nem o fascismo conseguiu realizar.

Este importantíssimo movimento popular não pode ser traído. Estes camponeses estão decididos a lutar pelos seus direitos. Basta respeitá-los, para que a agricultura se desenvolva no Norte, no Centro e no Algarve.

Senhores, a História não perdoará a quem trair os interesses dos camponeses nesta hora de libertação. Que os políticos deste país saibam estar à altura dos homens e das mulheres que moejam nos campos de Portugal para que os portugueses tenham mais pão.

Majoria PS-PPD-CDS recusa lei aprovada na Comissão de Trabalho!

Pela primeira vez na Assembleia da República, uma lei votada em Comissão na especialidade foi rejeitada na globalidade pelo Plenário da Assembleia por voto contrário conjunto do PS, do PPD e do CDS.

Tal aconteceu quando os deputados dos citados partidos rejeitaram a lei de alteração, aprovada por unanimidade na Comissão de Trabalho, aos artigos 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei 372-A/75, na redacção que lhes fora dada pelos Decretos-Leis 84/76 e 841-C/76.

Era a célebre Lei dos Despedimentos que estava em causa. Eram melhorias sensíveis a essa lei que se votavam.

Uma extensa declaração de voto do PCP lida pelo deputado Jorge Leite, denunciou muito claramente a situação a que se chegou. Por absoluta falta de espaço, não podemos referir-nos mais detalhadamente a este caso, deixando para o próximo número uma referência mais especial a ele.

editorial CAMINHO

Entre 1926 e 1974, decorreu um tempo em que a liberdade muitas vezes significou e muitas vezes significou, um tempo em que não houve quem não ficasse ferido. Esta revista é dedicada aos que terão sido feridos, mesmo que eles não se lembrem ou que sabem até do seu dia ferido. FRANCIS DE SOUSA

AVENDA EM TODAS AS LIVRARIAS a distribuição

Editorial

DA FORÇA PODEROSA DE ABRIL AO 1.º DE MAIO DOS TRABALHADORES

A força de Abril é uma realidade concreta. Uma realidade de que é preciso partir para fundamentar uma política autenticamente democrática e progressista.

Os alaridos dos inimigos da Revolução, a retórica e a virulência dos provocadores contra-revolucionários, que usam a legalidade democrática para tentarem assassinar-lá, podem às vezes emparelhar uma falsa noção de força. Podem mesmo, por vezes, por essa falsa expressão de força que a impunidade avoluma, abalar momentaneamente a confiança de alguns aliados mais tímidos e instáveis no processo revolucionário e fazê-los descer da robustez e do êxito da causa comum. Sobre esta falsidade alça-se, quantas vezes também, uma apreciação irreal da correlação de forças, mas quem nela funda uma política está condenado à derrota.

A força de uma Revolução mede-se pela solidez do seu enraizamento no povo e não pelo vozear dos seus inimigos encapotoados ou abertos. O fascismo levanta cabeça mas não tem força decisiva para alterar os acontecimentos a seu favor.

A Revolução portuguesa, produto da iniciativa patriótica dos "capitães de Abril", é robusta porque profundamente enraizada no coração das massas populares.

Dele ninguém a arranca. Como a força silenciosa das raízes do cedro, a força da Revolução, por vezes adormecida — perigosamente adormecida — tem sido capaz de sobrelevar em cada crise a falsa força do "granizo" contra-revolucionário. E quando desperta é primavera. E dos troncos fortes novos rebentos despontam.

As comemorações do 25 de Abril mostraram como são fortes as raízes da Revolução no coração do nosso Povo e como são falsas as premissas dos que tentam liquidá-la.

A realidade concreta evidenciou-se. É imperioso tirar dela conclusões acertadas.

O PCP alertou a tempo contra a partidização e a manipulação das comemorações do terceiro aniversário da Revolução de Abril. Os que tentaram desnaturalizar o carácter profundamente unitário e popular do 25 de Abril, partidizando-o, colheram os amargos frutos da sua estreiteza política e do seu sectarismo.

Por exemplo, o espectáculo do Campo Pequeno não é animador para a política e para as ambições do PS. A notória falta de entusiasmo e de participação dos socialistas nesta "confraternização" nacional do seu partido é, ao mesmo tempo, um protesto contra a partidização do aniversário da Revolução e uma reprovação clara da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do governo do PS.

Não se diga que o desencanto de muitos e muitos milhares de socialistas é uma resultante daquilo a que há algum tempo o Dr. Mário Soares chamou "desgaste do poder".

O poder só "desgasta" aqueles que o manejam numa prática política contrária aos interesses e aspirações dos trabalhadores e outras camadas amplas do povo.

O PS encherá as "alamedas" sempre e quando a sua política se ajustar a esses interesses e aspirações. Não com a política actual do seu governo. Essa, realmente desgasta-o.

A ofensiva contra a Reforma Agrária, que se pretende ainda intensificar ao abrigo de uma nova e iníqua lei; a reprivatização das empresas intervencionadas, que já começou e se projecta entregar de novo, na sua grande maioria, ao patronato sabotador e desforrista; os ataques ao movimento operário organizado, em particular ao movimento sindical, dirigido pela CGTP — IN; as tentativas divisionistas da unidade dos trabalhadores com a intervenção directa de órgãos estatais numa escala muito vasta; a adopção de métodos administrativos e repressivos na resolução de agudos problemas sociais que reclamam corajosa, urgente e acertada solução política; as intenções de submeter a economia nacional aos interesses de rapina dos grandes grupos multinacionais através dos mecanismos monopolistas da CEE e da "generosa" ajuda financeira dos Estados Unidos; os atropelos constantes à Constituição, assim como o anticomunismo primário e irracional — tudo são evidentes factores de "desgaste" que debilitam as fileiras e a influência política do PS e o colocam cada vez mais à mercê das forças da direita, tornando-o prisioneiro dos seus partidos mais representativos — o PPD/PSD e o CDS.

Também o jogo divisionista da ultra-esquerda para manipular as comemorações de Abril foi derrotado em toda a linha. No Porto, a FRAPIR não conseguiu a adesão de um só organismo popular e apagou-se. Em Lisboa e noutros pontos do País os esquerdistas viram gorados os seus planos de "grande mobilização antifascista" logo que se tornou evidente que por detrás de um antifascismo de fachada se escondia um nítido propósito de divisão das forças democráticas.

O divisionismo, sob que formas fosse, não conseguiu quebrar o invencível carácter popular e unitário das comemorações de Abril. Esta uma das grandes lições

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

● **Violação no Funchal** — Carregando à bastonada sobre alguns centenas de trabalhadores do ramo da hotelaria, a PSP dispôs uma manifestação pacífica e fez várias prisões, nesta cidade, no dia 18 do corrente. Agredido pela Polícia, um deputado do PS, que passava no local, protestou junto do chefe do Governo regional da Madeira, que lhe confirmou ter dado ordens para dispersar a manifestação. Os trabalhadores tinham-se reunido em frente da sede do Governo para pedirem a demissão do secretário regional do Trabalho e do presidente do Sindicato da Indústria Hotelaria e Similares do Funchal. A direcção sindical foi acusada pelos manifestantes de não cumprir os estatutos e de não defender os interesses da classe nas negociações do contrato colectivo. Deputados da oposição madeirense pediam, entretanto, a demissão do Governo e a imediata suspensão do chefe da PSP local. Reunidos em Lisboa, os delegados sindicais da Hotelaria do Sul, solidarizaram-se com os trabalhadores madeirenses, "na sua luta contra o fascismo" e recordaram que a frente do Sindicato da Indústria Hotelaria do Funchal se encontra um fascista. Representantes de várias associações sindicais entregavam, entretanto, ao chefe do Governo do arquipélago, dr. Mota Amaral, uma moção "contra a alta do custo de vida, para uma melhoria da situação económica de todos os trabalhadores".

● **Gráficos: vitória da unidade** — Com uma participação de 46% dos 9664 trabalhadores recensados, os filiados do Sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes elegeram, com 69,1% dos votos, a lista A para os corpos gerentes, sob a palavra de ordem "Na unidade a força da classe". A segunda lista mais votada teve 24,7% dos votos.

● **CGTP-IN e Marriot** — Solidária com os trabalhadores desta empresa em luta contra os despedimentos, a CGTP-Intersindical Nacional declara que "o afastamento compulsivo dos 46 trabalhadores e a detenção e condenação de 14 deles a penas de prisão remíveis a dinheiro, suspensas por dois anos, coloca todos os trabalhadores portugueses e o seu movimento sindical perante a mais séria inquietação, gerando legítimas dúvidas acerca dos processos do Governo e da sua conformidade com a Constituição da República".

● **Sindicato rural em Bragança** — Preparado para breve a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança. Reuniões para o efeito foram já levadas a cabo em vários concelhos e estão previstos novos encontros para análise e discussão dos graves problemas que afligem os

a tirar das grandes demonstrações democráticas de 24 e 25 de Abril últimos.

De facto, esses muitos milhares de socialistas que faltaram ao bisonho espectáculo do Campo Pequeno e muitos dos que antes se deixaram enredar nas manobras divisionistas da ultra-esquerda, estiveram, na sua esmagadora maioria, nas grandes confraternizações populares e unitárias de 24 e 25 de Abril — mesmo quando de iniciativa oficial — irmanados com comunistas, republicanos, democratas de outras tendências, antifascistas, na maior festa apatridária de homenagem do povo português ao movimento vitorioso dos capitães, a quem deve a sua libertação das algemas do fascismo.

Centenas de milhares de portugueses manifestaram de Norte a Sul, desde as grandes cidades às pequenas aldeias e das mais diversas formas, a vontade irremovível de defender as conquistas mais preciosas da Revolução dos Cravos.

Sim, os cravos são frágeis flores que às vezes quebram sob o açoitio dos ventos, mas nas mãos das crianças ganharam uma força irresistível de alegria, paz, liberdade, de tudo isso afinal que constitui a força e a mensagem do 25 de Abril de 1974.

E neste terceiro aniversário da Revolução as crianças aos milhares correram, saltaram, pintaram nos parques e jardins do seu País, tranquearam as portas dos quartéis, andaram de mão em mão entre os soldados, afagaram canhões. É preciso que esses canhões não se virem jamais contra o Povo.

Esse é um imperativo categórico da Revolução de Abril, uma determinação clara do "movimento dos capitães".

E os "capitães" reencontraram-se de novo nas comemorações deste terceiro aniversário da sua gloriosa arrancada, numa reafirmação dos ideais que os nortearam na sua patriótica iniciativa de 25 de Abril de 1974. O espírito do MFA continua bem vivo na oficialidade patriótica portuguesa e a causa da democracia só pode ser defendida com essa condição.

A alternativa democrática para a saída da crise actual implica a participação responsável dos militares patriotas nas soluções cruciais que têm de ser encontradas no interesse fundamental das classes trabalhadoras que representam a imensa maioria da nação, das outras amplas camadas do povo e da independência nacional.

Uma necessária plataforma tem de ser encontrada e esta exige o entendimento político entre as grandes correntes democráticas designadamente comunistas, socialistas, democratas doutras tendências, portugueses progressistas e patriotas, fardados e não fardados. A exigência da unidade é uma tônica geral das comemorações do 25 de Abril.

A posição do Secretariado Nacional do PS, agora anunciada, não representa uma contribuição positiva para a saída da crise. Insistir no anticomunismo, manter o empolamento do incidente em Salvaterra não é defender a democracia e a unidade dos portugueses.

O Secretariado Nacional do PS continua com as suas inadmissíveis ingerências nas questões internas do PCP, quando este ao seu nível mais responsável já expôs a sua posição pública onde há os elementos de autocrítica que interessa ao público trazer.

E o PS já fez o mesmo? Quando um socialista responsável diz na tribuna de um comício público do seu partido que as cadeias estão vazias e nelas cabem muitos comunistas não haverá aqui exigências de autocrítica? O PCP continua — como frisou Octávio Pato na Assembleia da República — aberto a uma solução negociada para a crise actual, aberto à unidade com os socialistas. Não faltam terrenos e motivos para unir os trabalhadores socialistas e comunistas.

Depois das comemorações de Abril eis que o 1.º de Maio apela ao reforço da unidade da classe operária, da luta comum dos trabalhadores comunistas, socialistas, doutras tendências e sem partido.

O 1.º de Maio de 1977 será o corolário das grandes conquistas unitárias dos trabalhadores portugueses nos últimos tempos.

As grandiosas jornadas do 1.º de Maio organizadas pelos sindicatos reflectirão certamente as graves preocupações dos trabalhadores sobre cujos ombros o governo do PS atirou o peso principal da crise.

O 1.º de Maio é simultaneamente jornada de luta e festa. Luta nas formas que a Constituição garante aos trabalhadores e que a sua maturidade política tem sabido subordinar às exigências fundamentais de defesa da democracia e das conquistas de Abril — festa que assinala uma vitória histórica dos trabalhadores de todos os países.

As flores de Maio são em Portugal mais belas pela força poderosa de Abril.

1.º de Maio e 25 de Abril — duas datas inseparáveis.

● **Encontro Nacional dos Trabalhadores farmacêuticos** — 383 delegados, representando 105 empresas do sector, e 105 convidados, vindos de todos os pontos do País, reuniram-se no último sábado em Lisboa, para análise e debate da situação na indústria e comércio farmacêuticos com vista à obtenção do contrato colectivo. "Incapaz de sustentar, no diálogo directo, a argumentação contida no seu protocolo — refere um dos textos distribuídos aos delegados — o patronato recorre ao Ministério do Trabalho, cujas atitudes hesitantes e pretensas neutralidade favorecem objectivamente os fins do capital.

E ante a passividade, expressa ou tácita, das entidades oficiais, o patronato vai ganhando o tempo que lhe convém para desmobilizar e desespear os trabalhadores na intenção de os levar a respostas emotivas e perigosas".

● **Programa regional** — A União dos Sindicatos de Coimbra marcou para o próximo sábado, dia 30, um plenário de direcções e delegados sindicais, comissões de trabalhadores e direcções de cooperativas, para discussão e aprovação do programa de acção do movimento sindical a nível daquela região.

O plenário terá início pelas 14 e 30, no Inatel, à Rua António Granjo, n.º 6, em Coimbra.

EM PORTUGAL HAVERÁ 25 DE ABRIL SEMPRE!

Palavras de Abril vibraram por todo o País e no estrangeiro, na boca de dezenas de milhares de trabalhadores, de militares, de democratas. Autarquias, comissões de moradores, colectividões, sindicatos, organizações unitárias, Forças Armadas, comissões de trabalhadores estiveram na primeira linha das iniciativas populares dos dias 24 e 25.

Relevo indiscutível teve, além da parada militar e da sessão na Assembleia da República, a concentração no Parque Eduardo VII, em Lisboa. "Fascismo nunca mais" e "25 de Abril sempre" foram a voz da unidade, da luta contra a reacção e da confiança no futuro. "A luta em Portugal é entre capitalismo e socialismo e não entre comunistas e socialistas", salientaria Manuel Serra, dirigente da FSP e da FEPU, naquela concentração unitária.

Cravos vermelhos voltaram às mãos do povo civil e fardado por todo o País. As páginas do *Avante!* não chegaram para o relato de tudo o que se passou de grandioso e significativo nesses dias. Mas as curtas referências que fazemos são o símbolo e a imagem do que se passou por todo o lado.

No Porto, foi saudada a memória de lutadores antifascistas e de democratas. No Prado do Repouso, Ruy Luís Gomes lembraria que "o fascismo não está ainda destruído. Temos de levar por diante — acrescentou — a obra iniciada pelos Capitães de Abril, como teremos força para levar a construção do Portugal democrático, rumo ao socialismo".

Nas ruas da capital do Norte, milhares de pessoas davam corpo a essas palavras, apontando as tarefas do presente, exprimindo a confiança no futuro.

Em Almada, em Braga, em Espinho, na Ercelra, em Évora,

como em Paris, em Londres, na Bélgica, na Holanda, na Suíça, por todo o lado onde os trabalhadores portugueses se podem juntar livremente, o 25 de Abril foi comemorado.

Fiagrante, por todo o lado, foi a junção dos festejos com a confiança nos destinos do País democrático, na consolidação da força que os trabalhadores organizados lhe atribuem, apesar do muito que se faz para os desviar desse caminho.

Fiagrante foi ainda a consciência demonstrada pelas massas populares: a consciência do trabalho realizado; das metas alcançadas na defesa das conquistas da revolução; do avanço que é necessário imprimir-lhes; das forças políticas que verdadeiramente as representam e com elas progredem por esse caminho que a Constituição consagra na via do socialismo.

Canções, foguetes, piqueniques, convívios, cravos e bandeiras juntaram-se (fundiram-se) com as palavras de ordem de unidade e luta, as declarações de democratas e antifascistas, os discursos oficiais, as concentrações, as sessões políticas.

Com uma excepção ou outra, cujo alcance se perdeu, e sem incidentes, de que não há notícia, as comemorações unitárias do derrubamento do fascismo demonstraram, como a CGTP-IN assinalava num comunicado, que "a unidade é condição necessária para a vitória" e que esta continua ao alcance dos trabalhadores.

O ponto mais alto das comemorações oficiais ocorreu na Assembleia da República. No decorrer da sessão extraordinária realizada no fim da tarde do dia 25, Octávio Pato, em nome do PCP, pronunciou o discurso que a seguir reproduzimos.



Uma razão para a esperança e a confiança no futuro

A participação de milhares de crianças nas comemorações do 25 de Abril em todo o país não foi uma obra do acaso. A iniciativa popular ao promover inúmeras actividades dirigidas às crianças concedeu ao 25 de Abril a perspectiva de futuro simbolizada na infância de hoje. Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Autarquias Locais, Colectividões, programando uma vivência diferente do 25 de Abril entre as crianças de todo o país como se quisessem significar que é fundamentalmente por elas que encaram com determinação o presente de luta, que nelas

confiam como portadores de uma mensagem de combate que só terminará no dia em que de todas as crianças pudermos dizer: "Vivem plenamente a sua infância".

A variedade de iniciativas, desde o desporto e a actividade cultural até ao incentivo da participação infantil através da feitura de desenhos em que as crianças nos falavam deste país novo nascido do 25 de Abril, do país descoberto ainda que ameaçado por sinais de um passado sombrio, constitui uma amostra do mundo que todos os democratas sinceros se

propõem construir sem hesitações nem recuos. Um mundo onde não mais se possa dizer que as crianças morrem de fome ou por falta de assistência médica, não têm possibilidades de frequentar a escola, trabalhando cedo demais para ganhar o seu sustento, ou frequentando escolas onde abafam as suas potencialidades criadoras.

No 25 de Abril de 1977 a criança viveu horas inesquecíveis em que para ela e com ela foram feitas "coisas" ainda há bem pouco tempo privilégio de meia dúzia. Muitas crianças viram teatro pela primeira vez. Muitas pela primeira vez mostraram do que são capazes. E não foi preciso que os adultos lhes segredassem "tudo isto nasceu do 25 de Abril e a gente vai lutar mais para que todos os dias sejam assim lindos". As crianças compreendem a mensagem. Cidadãs de um país a reconstruir, combatentes do amanhã, por elas também, por elas fundamentalmente vale a pena a batalha para alargar os horizontes abertos a 25 de Abril de 1974 que desvendam uma sociedade sem exploração nem opressão, uma sociedade socialista.

Octávio Pato na Assembleia da República

Senhor Presidente da República; senhor Presidente da Assembleia da República; senhor Primeiro-Ministro; senhores Conselheiros da Revolução; senhor presidente do Supremo Tribunal de Justiça; senhores Ministros; senhores Deputados; senhoras e senhores,

Comemoramos hoje com profunda alegria e legítimo orgulho, a libertação da nossa Pátria da odiosa ditadura fascista. Comemoramos hoje, sem sombra de dúvida, um dos maiores acontecimentos em toda a História do Povo português: a conquista da liberdade.

No momento em que a Revolução portuguesa completa três anos é de iníqua e absoluta justiça que, com renovada emoção, saudemos desta tribuna os heróicos capitães de Abril, os valerosos militares do 25 de Abril, a quem cabe o mérito irrecusável de, com o levantamento militar daquela madrugada histórica, terem aberto decisivamente o caminho para a conquista da liberdade e da paz na nossa Pátria, pelo que ganharam merecidamente lugar definitivo no coração de todos os portugueses amantes da liberdade.

Prestamos sentida homenagem e expressamos profunda gratidão a todos os antifascistas, a todos os democratas, a todos os patriotas, que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, pleno de heroísmo e de sacrifícios sem conta, empenharam todas as suas forças e energias, muitos enfrentando as torturas e sacrificando a própria vida, para que a bandeira da liberdade pudesse um dia ondular na terra portuguesa.

A uns e a outros, aos militares patriotas e às forças da resistência ao fascismo, devo o Povo português, em parte essencial, o 25 de Abril.

Hoje, 3 anos passados, importa saudar, não só os militares oboiros do 25 de Abril, mas importa também saudar todos os militares que depois se identificaram com o seu espírito e com os objectivos da Revolução portuguesa. Importa saudar, não apenas os mais destacados e activos resistentes ao fascismo, mas também muitos outros milhares de portugueses que, abertas as portas da liberdade, vieram à luta. Uns e outros, integram as forças imensas que, unidas, podem assegurar o feliz prosseguimento da democracia portuguesa.

Celebramos hoje o 25 de Abril através da presença do Presidente da República, dos militares do Conselho da Revolução, do Governo e da voz dos deputados presentes nesta reunião solene da Assembleia da República, órgão de soberania do regime democrático consagrado na Constituição e conquistado pelo Povo português através da Revolução de Abril.

A data para sempre gloriosa do 25 de Abril é hoje, igualmente, comemorada pelas Forças Armadas e pelo Povo português que nas ruas e nas praças do Portugal afirma a sua determinação de defender as liberdades e todas as grandes conquistas democráticas.

Conscientes de que o 25 de Abril não pode ser apropriado partidariamente, nem quanto à sua origem, nem quanto ao seu desenvolvimento, nem quanto à sua projecção no futuro, tudo fizemos pela nossa parte para que, em todas as manifestações e actos comemorativos desta data de enorme alcance patriótico, os antifascistas e os democratas portugueses se sentissem vivendo um clima de fraternidade e de activa solidariedade democrática.

Estamos certos de que, no seu conjunto, as comemorações do 25 de Abril, constituirão um muito importante contributo para aproximar os democratas portugueses na procura de soluções viáveis para defender a democracia portuguesa e orientar o país na via da liberdade, da paz, da independência nacional, do progresso social, com a perspectiva do socialismo.

Não é possível evocar o levantamento militar de 25 de Abril, sem evocar o imediato e poderoso levantamento popular que convergiu com aquele, consolidando a vitória e viria a conquistar, palmo a palmo, as condições para tornar em conquistas populares os melhores objectivos da acção libertadora de 25 de Abril.

E recordar esse levantamento popular, não é apenas lembrar o esmagador apoio e estímulo ao Movimento das Forças Armadas, expresso — em termos inesquecíveis — no 1.º de Maio de 1974. É recordar também que os trabalhadores, as massas populares, os democratas, souberam logo nos primeiros dias de liberdade tomar nas suas mãos as mais urgentes tarefas de democratização da vida nacional, assumindo um responsabilidade e uma participação activa no desmantelamento das posições fascistas, dando os primeiros passos para a renovação da vida nacional.

Reaccionários e conspiradores, mandantes e executantes do bombardeio terrorista, colaboradores da Pide e Legião, políticos que não têm nem princípios, nem passado, nem presente democrático, destacados exploradores do trabalho dos portugueses e vendilhões das riquezas de Portugal ao estrangeiro, beneficiários da exploração colonial, profissionais da mentira e do insulto em formato de jornal, conduzem hoje — com uma impudência que justifica larga indignação — uma campanha para fazer crer que a Revolução portuguesa tem sido uma catástrofe nacional, uma sucessão de violências inqualificáveis, uma onda de irresponsabilidade geral, uma afronta à História do País e um descalabro para a vida dos portugueses.

Hoje, 25 de Abril, é o momento oportuno para afirmar que, sejam quais forem as dúvidas e as inquietações que se perfilam no horizonte, o nosso Povo tem razões para estar orgulhoso do balanço de três anos de Revolução portuguesa e não confunde críticas ao presente que visam construir um futuro melhor com críticas ao presente que visam voltar ao passado da mais feroz exploração e repressão.

Em três anos, a Revolução portuguesa, graças à acção do movimento operário e popular e das forças democráticas e da sua cooperação com o MFA e com as Forças Armadas fiéis aos ideais libertadores do 25 de Abril, alcançou êxitos históricos que modificaram profunda e positivamente a situação nacional.

Foram conquistadas amplas liberdades democráticas que se traduziram na constituição de partidos políticos, na realização de uma dinâmica e intensa vida democrática, na construção de fortes organizações de trabalhadores, de variadas formas de organização popular, indispensáveis para assegurar uma quotidiana participação dos cidadãos na condução dos destinos do País. Durante um longo período, melhoraram as condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa. Com a nacionalização da banca e dos sectores básicos da indústria e dos transportes, com a intervenção do Estado em numerosas empresas para travar a sabotagem, deram-se golpes mortais nos grupos monopolistas e desmantelou-se o capitalismo monopolista do Estado. No Alentejo — anteriormente terra da desolação, da fome, da miséria, do desemprego, mas símbolo da luta heróica do seu proletariado rural — iniciou-se a Reforma Agrária que abranje hoje um sexto da superfície arável do país e constitui um base segura e indispensável para uma agricultura moderna e florescente ao serviço do povo e do país.

Deram-se passos positivos no sentido da democratização da educação e da cultura. Estabeleceu-se o controlo operário, símbolo de uma indispensável intervenção dos trabalhadores na defesa da economia nacional. Despontou uma nova atitude, revolucionária e patriótica, perante os problemas do trabalho, da produção, da vida colectiva, da vida nacional.

Finalmente, mas com o carácter e a importância de realização central da Revolução portuguesa, foi posto fim à guerra colonial, conquistada a paz, numa importantíssima contribuição para tornar mais próxima a conquista da independência pelos povos submetidos ao colonialismo português.

Sabe-se que em torno da descolonização e do seu acidentado curso, e de aspectos dolorosos que em grande parte são consequência ainda da resistência final do colonialismo, se concentram grande parte dos ataques contra o 25 de Abril, contra homens do 25 de Abril, contra as forças democráticas e se exploram miseravelmente ressentimentos e dramas humanos que precisam de soluções sociais e não de manobras reaccionárias.

É oportuno reafirmar, hoje, aqui e com firmeza, que o fim da guerra colonial correspondia a uma imensa aspiração nacional; que a conquista da paz era um profundo e forte desejo das famílias portuguesas atingidas pela morte, pelos ferimentos, pelos traumatismos sofridos ao longo de 13 anos por gerações de jovens portugueses, que os mais violentos críticos da descolonização não têm coragem de o confessar, mas a verdade é que as suas soluções significariam sempre a continuação da guerra e da

opressão colonial; e que a continuação da guerra significaria, por sua vez, a derrota do 25 de Abril e o fim do regime de liberdade e democracia conquistado pelo Povo português.

Contra perigos e ameaças, o Povo português ao longo destes três anos de Revolução, conservou e defendeu as liberdades porque se realizaram profundas transformações na estrutura económica e social do país. O Povo português conservou e defendeu as liberdades exactamente porque, liquidando os monopólios e os latifúndios, enfraqueceu profundamente o poder dos principais inimigos da liberdade. Na situação portuguesa, monopólios e latifúndios são incompatíveis com as liberdades democráticas. Quarenta e cinco anos de fascismo e três anos de liberdade aí estão para o demonstrar. Na situação portuguesa, liberdades democráticas e outras conquistas da Revolução são indissociáveis e cada passo que hoje se dá ou se consinta na direcção da reconstrução do poder dos monopólios e agrários, é um passo dado para a liquidação das liberdades.

Defender o 25 de Abril, defender a Revolução portuguesa significa hoje respeitar, aplicar e fazer aplicar a Constituição da República.

O 25 de Abril foi possível pela convergência de forças democráticas, civis e militares. O 25 de Abril só poderá ser defendido se se reforçar essa convergência democrática, de civis e militares, unidos em torno da Constituição.

Só uma política inspirada nos grandes valores da resistência e nos grandes ideais de liberdade e de progresso social — característicos do 25



Octávio Pato discursando na Assembleia da República na sessão de 25 de Abril

de Abril — pode afastar os perigos que ameaçam a democracia portuguesa.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e da Constituição, uma política que enquanto tolera ataques reaccionários contra o regime democrático e readmite fascistas notórios no aparelho de Estado e na magistratura, concentra esforços para dividir os trabalhadores, hostilizar forças democráticas e promover perseguições e saneamentos de trabalhadores e técnicos progressistas.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e na Constituição uma política que despreza a opinião, a capacidade e os direitos dos trabalhadores, que entrega empresas e terras a capitalistas e agrários sabotadores, que arrasta as forças militarizadas para intervenções contra os trabalhadores para consagrar abusos, ilegalidades e prepotências.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e na Constituição uma política que, em vez de procurar no campo democrático e nos trabalhadores as energias e vontades para sair da crise, se volta antes, no plano político e social, para os que estão interessados em agravar a crise, em conduzir o país ao desastre e a democracia portuguesa à derrota. Uma tal política longe de constituir a base para a resolução dos problemas nacionais é um perigoso factor do seu agravamento e um indesejável factor de instabilidade política, económica e social.

O país tem diante de si graves dificuldades e sérios problemas. A situação económica e financeira e as ameaças da reacção devem constituir o principal motivo de preocupação dos portugueses e estar no centro das atenções e esforços das forças democráticas.

Mas o caminho para sair das dificuldades só pode ser encontrado no quadro do respeito da Constituição, com base na garantia da defesa das conquistas da Revolução, com o activo apoio e contributo criador dos trabalhadores, com um grande esforço nacional, com o diálogo, o entendimento e a cooperação entre as forças democráticas, designadamente entre comunistas e socialistas.

O caminho para sair da crise, por forma estável e duradoura, exige uma solução política de alternativa que deverá ter a participação de todos os que se identificam sem reservas com a Constituição e intervenham na elaboração de uma indispensável plataforma.

O PCP julga que a melhor forma de assinalar o 25 de Abril, de ser fiel à corajosa luta do nosso Povo, é declarar solenemente nesta sessão que, pela sua parte, não poupará nem esforços nem energias para contribuir responsabilmente para a procura urgente das soluções nacionais que a gravidade da situação exige e os interesses dos trabalhadores e do país reclamam. O PCP declara-se, uma vez mais, pronto a examinar atentamente com outras forças democráticas e os órgãos de soberania, todos os problemas cruciais da vida portuguesa com vista a alcançar uma solução patriótica que permita sair da crise.

Apesar dos perigos, das dificuldades e de legítimas inquietações, o PCP encara o futuro com confiança e está seguro que todos os portugueses amantes da liberdade e da Pátria encontrarão nas próprias comemorações do 25 de Abril fortes razões para encarem também o futuro com confiança.

Estamos igualmente confiantes de que o justo relevo dado às iniciativas dedicadas neste dia às crianças, constitui um passo para que a sua personalidade venha a formar-se no amor da liberdade, da verdade e da justiça, e uma garantia de que, no futuro, também elas saberão defender o 25 de Abril e honrar os sacrifícios heróicos que, com os olhos nelas, fizeram gerações de portugueses que não chegaram a ver a luz da liberdade.

Com unidade e trabalho, há motivos para ter esperança e confiança. Hoje, nas cidades, nas vilas e nos campos do Portugal livre, o Povo português, as forças democráticas, as Forças Armadas, as instituições e órgãos de soberania do regime democrático, estão proclamando solenemente, contra dúvidas e desânimos, contra acções ou ameaças terroristas, contra conspirações reaccionárias, contra calúnias e insultos, contra propósitos de desforra e de vingança, que a democracia não se submete, que o 25 de Abril não se rende, que em Portugal haverá 25 de Abril sempre!

NO PORTO VIVEU-SE A UNIDADE NA DEFESA DA REVOLUÇÃO

Integrada nas comemorações do 25 de Abril, no Porto, a Comissão Coordenadora das Jornadas Antifascistas promoveu uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso. Evocando a memória de democratas como António Luís Gomes, Carlos Cal Brandão e Guilherme da Costa Carvalho, as cerimónias contaram com a presença do governador civil do Porto, dr. Cal Brandão, Manuel Ramos, vice-governador, Ruy Luís Gomes, reitor vilatício da Universidade do Porto, Virginia Moura e muitos outros democratas e antifascistas. O 25 de Abril, comemorado sobretudo nas ruas, em desfiles e concentrações com muitos milhares de pessoas, teve ainda a assinalação, para além dos discursos das entidades oficiais, uma exposição de livros e fotografias com vários recortes da Imprensa e outros documentos alusivos à Revolução. Integrados no programa da Câmara Municipal do Porto, houve ainda concertos e espectáculos dedicados às crianças.

No seu discurso, o presidente da Câmara, eng.º Aureliano Veloso, fez um apelo para que o espírito do

25 de Abril "ressuscite totalmente e nos guie sempre, para que o ódio entre pessoas de diferentes opiniões seja substituído por tolerância e por amor". Em memória dos antifascistas mortos, Virginia Moura referiu-se à vida exemplar do saudoso camarada Guilherme da Costa Carvalho, frisando, a dada altura, que "falar dele é o mesmo que falar da luta heróica de resistência do Partido a que sempre se dedicou: o Partido Comunista Português". Ruy Luís Gomes lembrou a figura de seu pai, António Luís Gomes, um dos grandes estadistas e lutadores da República, afirmando, nomeadamente, que já em Outubro de 1910 "as forças reaccionárias tentavam aniquilar e destruir as acções de quantos pretendiam a liberdade para o povo". Foi também lembrado Carlos Cal Brandão e a sua deportação para Timor. Nas palavras de Manuel Ramos, vice-governador civil, "todos os que lutaram contra a ditadura fascista têm de ser considerados homens do 25 de Abril".

Entretanto, correspondendo ao

apelo da FEPU, milhares de pessoas festejaram o 25 de Abril no Palácio de Cristal. De manhã, houve um convívio com piquenique ao almoço. A partir das 15 horas, o foram-se as canções da Revolução e Raul Castro, vereador e membro da Comissão Central do MDP, numa breve intervenção, em nome da FEPU salientou o carácter unitário das comemorações. À noite, ainda no Palácio de Cristal, houve uma sessão de canto livre, seguida de baile popular, que se prolongou até de madrugada.

A parte oficial das cerimónias foi assinalada pela presença de grande multidão. Nela se incluíu o desfile, organizado pela FEPU, com os milhares de pessoas vindas do Palácio de Cristal. O presidente da Câmara recordou palavras dos capitães de Abril, nos primeiros dias da Revolução, citando: "o MFA dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições

necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais".

Nas ruas, a unidade foi um grito sempre vivo, um estímulo para as lutas e tarefas que nos esperam, que esperam os trabalhadores portugueses. À semelhança do resto do país, o Porto deu mais uma resposta confiante e firme aos que sonham com o regresso ao passado. De cravo, ou sem ele (porque também os cravos subiram de preço) o povo do Porto respondeu ao apelo de Abril com a recusa do divisionismo, mostrando saber onde estão os seus interesses, para onde se dirige a sua confiança e quais os inimigos a enfrentar.

As ruas do Porto e as suas tradições antifascistas foram mais um vez um apelo certo aos trabalhadores, à juventude, às mulheres, às massas populares, a quem a vida mostra todos os dias a necessidade de cumprir os grandes objectivos de Abril, defendendo as suas conquistas, para que se vença, com os trabalhadores e não contra eles, a crise que os atinge.



Comemorações de Norte a Sul

UMA PODEROSA AFIRMAÇÃO DO ALARGAMENTO DA UNIDADE

As comemorações da data gloriosa do 25 de Abril revestiram-se de um elevadíssimo significado — salienta-se num comunicado da SIP do PCP divulgado anteontem. Por todo o País, quer participando em comemorações oficiais quer promovendo comemorações populares com carácter unitário, milhares e milhares de portugueses prestaram uma grandiosa e justa homenagem aos militares de Abril, reafirmaram o seu regozijo pelo derrube do fascismo, o fim das guerras coloniais e as conquistas das liberdades e manifestaram a sua determinação de defender as conquistas da Revolução de Abril.

As comemorações do 25 de Abril constituíram uma poderosa afirmação do alargamento da unidade popular, democrática e antifascista. As comemorações tiveram significado e assumiram grandiosidade onde foram promovidas e realizadas sob o espírito da unidade. Ao contrário saldaram-se por falhanços rotundos as tentativas de apropriação sectária do 25 de Abril, provando-se que aqueles que ignoram ou desprezam os profundos sentimentos unitários do nosso povo se estão a condenar a si próprios a um crescente isolamento.

O PCP — prossegue a nota — salienta o enorme significado das comemorações populares que tiveram lugar na cidade e no distrito de Lisboa, onde se

calcula em mais de 500 mil pessoas o número de participantes nos festejos e comemorações do 25 de Abril. Na cidade de Lisboa, mais de 60.000 pessoas participaram no comício-festa promovido pela FEPU, no qual usaram da palavra Manuel Serra, Oliveira e Sá, Carlos Brito, Rui Grácio, Anselmo Aníbal, Piteira Santos e António Galhordas. Em Vila Franca de Xira, Oeiras Sacavém e Moscavide realizaram-se, na noite de 24 para 25 de Abril, grandes manifestações populares. Em Vila Franca as comemorações do dia 25 contaram com a participação de todas as Freguesias, Comissões de Moradores e Colectividades, tendo-se realizado uma grandiosa concentração no largo da Câmara Municipal, onde o respectivo Presidente usou da palavra. Em Torres Vedras e Alenquer, as comemorações municipais contaram também com larga participação.

Também a cidade do Porto comemorou na rua o 25 de Abril, com grandes concentrações e festas populares e um comício promovido pelo Município que encheu por completo a Praça Humberto Delgado e a Avenida dos Aliados. No âmbito das comemorações do 25 de Abril realizou-se uma romagem às campas dos destacados combatentes antifascistas. António Luís Gomes, Carlos Cal Brandão e Guilherme da Costa Carvalho.

Em Setúbal realizaram-se

festejos e comemorações populares em todos os concelhos do distrito, designadamente na Moita, com a inauguração de 2 parques infantis, em Alcácer do Sal, Grândola e Barreiro com a realização de grandiosos comícios, desfiles e outras manifestações, no Seixal, onde as comemorações incluíram uma venda de produtos da Reforma Agrária, e na própria cidade de Setúbal, onde tiveram lugar mais de 3 dezenas de realizações políticas, culturais e desportivas, levadas a efeito pelas autarquias locais, organizações de moradores, comissões de trabalhadores, sindicatos e colectividades.

Também no distrito de Santarém se realizaram comemorações populares do 25 de Abril, nomeadamente em Coruche, Tomar, onde os festejos se prolongaram por 3 dias, Entroncamento, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Benavente, Chamusca, Almeirim, Abrantes, Tramagal, Constância, Alcanena, Torres Novas e Alpiarça.

As comemorações constaram de alvorada com moiteiros, provas desportivas, concertos por bandas de música, bailes e espectáculos, exposições, cortejos alegóricos, fogo de artifício, venda de produtos da Reforma Agrária, etc. Em Santarém foi inaugurado um monumento alusivo ao 25 de Abril.

Na cidade de Coimbra as comemorações populares foram promovidas por comissões de trabalhadores,

comissões de moradores e por estudantes, num total de 42 comissões. O programa, que se iniciou no dia 24, constou de arraial popular, provas desportivas, canto livre e comício.

Também nas cidades de Évora e Beja, com o apoio dos respectivos municípios, tal como em todo o Alentejo, se comemorou o 25 de Abril.

As comemorações referidas a título de exemplo e num primeiro e necessariamente incompleto balanço, dão já uma ideia da grandiosidade que revestiram as iniciativas que se multiplicaram por todo o País.

Saudando todos os seus militantes, todos os trabalhadores, todos os democratas que engrandeceram com a sua presença e participação as comemorações do 25 de Abril, o PCP apela para que participem agora activamente e em massa nas comemorações do 1.º de Maio, fazendo desta data de gloriosas tradições uma grandiosa jornada de unidade e de luta em defesa das liberdades, da Reforma Agrária, do controlo operário, pela recuperação económica contra a recuperação capitalista, pela defesa e aplicação da Constituição, por uma solução democrática e patriótica para os graves problemas nacionais assente na intervenção determinante dos trabalhadores e das massas populares.



Aspecto da parada militar



Junto ao Centro Vitória, na noite de 24 para 25

UMA DATA QUE ATRAVESSA FRONTEIRAS

Separados da sua Pátria pela distância, os emigrantes não quiseram deixar de comemorar o 25 de Abril. Data que foi festejada em Portugal, que foi festejada em muitos outros países do Mundo, assinalada nos países socialistas com particular alegria, o 25 de Abril foi oportunidade para encontros, sessões, festas.

Assim, no dia 23 foi organizada uma sessão pela Associação de Amizade França-Portugal. Os deputados Lopes Cardoso, da presidência do CPPC e Aida Nogueira, membro do CC do PCP foram convidados a falar sobre o significado do 25 de Abril.

Antes desta recepção ambos os deputados haviam assistido, a convite daquela associação, a uma Assembleia Geral, em que esteve presente o embaixador de Portugal em Paris, dr. Coimbra Martins.

Uma Comissão Unitária promoveu em Londres as comemorações. Apoiadas por duas associações de emigrantes, estas desenrolaram-se no Hammersmith Town Hall e contaram com a participação de mais de 800 pessoas, que ouviram algumas intervenções políticas e ainda assistiram às actuações de Carlos

Paredes e Carlos do Carmo.

Manuel Correia Lopes, da presidência do CPPC e o padre Sampaio, da cúria de Setúbal estivera na Suíça, onde falaram sobre o derrubamento do fascismo.

Na maior concentração de portugueses jamais realizada na Bélgica, que durou até às cinco horas da manhã de domingo, 3000 portugueses se confraternizaram,

dançaram e aplaudiram o recital de Fernando Farinha e outros artistas, vibraram com a calorosa saudação do escritor, homem de letras e revolucionário Urbano Tavares Rodrigues assim como a do deputado Fernando de Almeida, estes últimos que se deslocaram à Bélgica a convite dos Comités de Solidariedade com a Revolução Portuguesa. A grandiosa festa foi promovida pela

Associação dos Portugueses Emigrados.

Nos países socialistas foi abundante a referência que a generalidade da Imprensa fez à data mais significativa para todos os portugueses antifascistas. Na URSS e em outros países socialistas os jornais assinalaram a passagem do 25 de Abril recordando as transformações operadas na sociedade portuguesa e as conquistas dos trabalhadores.

ENTUSIASMO E PARTICIPAÇÃO NO DISTRITO DE SANTARÉM

Bem se esforçaram os pasquins reaccionários em afirmar que quase ninguém comemorou o dia da Revolução. Pelo contrário, este ano, sem eleições, que nos anos anteriores decorreram naquela data, as comemorações não ficaram só pelos grandes centros urbanos, ganharam a província e até nas mais pequenas povoações elas se realizaram.

Assim sucedeu, por exemplo, no distrito de Santarém. Nesta cidade, no dia 23, uma venda de produtos da Reforma Agrária, exposições, provas desportivas, teatro, festival de folclore no Largo do Seminário, com a presença de mais de

1500 pessoas iniciaram as comemorações que se prolongaram no dia seguinte, novamente com provas desportivas, projecção de filmes, xadrez, teatro e exibição de grupos corais. A noite uma grande concentração cantou "Grândola" e o hino do MFA, que a banda dos bombeiros locais tocou. E durante toda a noite se cantou e dançou. Ainda em Santarém, no dia 25, prosseguiram as comemorações. Depois da alvorada sucederam-se as provas desportivas com ginástica, futebol, andebol, volei, basquete, patinagem e ciclismo. A pintura individual e colectiva ocupou as crianças. Uma banda de música desfilou pelas ruas e mais tarde foi inaugurado um monumento alusivo ao 25 de Abril de 1974, cerimónia durante a qual usou da palavra o presidente da câmara. Largada de pombos, canto livre e teatro foram outras das iniciativas que naquele dia assinalaram a data da libertação.

Mas não foi só em Santarém que o 25 de Abril foi comemorado. O mesmo se passou em quase todas as localidades do distrito. Em Salvaterra de Magos, fogo de artifício assinalou as zero horas do dia 25 e centenas e centenas de pessoas

cantaram pelas ruas "Grândola" e outras canções revolucionárias. No dia 25 provas desportivas e pintura para crianças constituíram motivo de convívio.

Em Coruche realizou-se no dia 25 uma concentração de alguns milhares de pessoas, usando da palavra o presidente da Câmara, o presidente da Assembleia Municipal e alguns delegados dos operários agrícolas.

Também no Entroncamento a Revolução foi comemorada, nomeadamente no Bairro da Liberdade, com um desfile de uma banda de música, plantação de árvores e outras iniciativas.

Em Benavente, Chamusca, Cartaxo, Almeirim e Alpiarça as respectivas populações vieram para a rua ou participaram nas iniciativas programadas que geralmente incluíam provas desportivas, animação para os mais jovens e sessões de canto livre, teatro ou projecção de filmes. Mas quase sempre a alegria e o entusiasmo eram maiores quando se aproximavam os primeiros momentos do dia 25 de Abril. E que os trabalhadores não esqueceram ainda o passado de repressão e miséria. E não estão dispostos a que regresso, apesar do "desinteresse" de alguns.



Uma imagem que se repetiu



A foto é de Almada. Mas podia ser de dezenas e dezenas de outras localidades.



Viva o 25 de Abril! Viva a Revolução!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade

Partido Comunista Português

Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 769896/7

Administração

Editorial Avante, SARL

Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção

Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL

Central: Rua Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel. 769744-769751

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 29838

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praça Portugal

— Baixa da Banheira, Tel. 2040653

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 28361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas

CDL, Departamento de Venda Directa

R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel. 40605-41787

Publicidade

R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787

Casa da Venda em Lisboa: Capital — Rua do Norte — Bairro Alto

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27

— Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Março — 82 980

Venda Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Preço de assinatura, por 12 números:

Via Normal (superfície)	
Continente e Ilhas	70\$00
Outros destinos	90\$00
Via Aérea	
Ilhas adjacentes	85\$00
Europa	120\$00
Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau,	
Mozambique, São Tomé, Timor	150\$00
Estrangeiro (extra-europeu)	175\$00
Assinatura de Apoio	70\$00

Os cravos vermelhos não desbotaram

DEZENAS DE MILHAR DE PESSOAS NO PARQUE EDUARDO VII

Passados três anos, os cravos vermelhos de Abril não desbotaram. E as manifestações que assinalaram este terceiro aniversário da Revolução — pela sua alegria, pelo seu entusiasmo, pela sua convicção, como se naquele mesmo dia os capitães de Abril tivessem libertado o povo da tirania fascista — são a prova de que as esperanças e os desejos que em Abril de 1974 floriram e que os cravos vermelhos simbolizaram continuam tão vivas como dantes, apesar de todos os que têm por intenção reviver o cadáver putrefacto do fascismo.

Mas não mais será assim. E os cravos vermelhos apareceram vívidos ao peito das pessoas que encheram as ruas, logo na noite de 24 para 25 de Abril de 1977.

Os motivos que nos levam a acreditar no futuro permanecem — afirmou Oliveira Sá, um dos oradores do comício-festa promovido pela Frente Eleitoral Povo Unido no Parque Eduardo VII, na segunda-feira passada, ao aludir à presença ali de dezenas de milhares de pessoas, bem como as comemorações que por toda a parte se sucederam desde as primeiras horas do dia 25.

Naquela tarde, depois da parada militar, o Parque Eduardo VII transformou-se num enorme local de convívio e alegria. Por toda a parte as pessoas enchiam de cor o verde tradicional. E então as crianças? Aos magotes, pareciam multiplicar-se. Surgiam de toda a parte, enchiam os canteiros, corriam pelas alamedas, enchiam os ares com os seus gritos e as suas gargalhadas.

Mas a grande concentração registava-se no local apontado pela Frente Eleitoral Povo Unido para o comício-festa. O espaço da área do Parque tornou-se pequeno. Muitos houve que, mais previdentes, aproveitaram para fazer ali os seus piqueniques e depois ficaram para a sessão.

UMA MULTIDÃO ENTRE AS ÁRVORES

Foi uma multidão que encheu o local. Por toda a parte, onde era

democratas sem qualquer filiação partidária. O mesmo se passava entre as dezenas de milhares de pessoas ali presentes. Ultrapassar as divergências presidiu àquela comemoração, como aliás em diversos locais do país.



Carlos Brito



António Galhordas



Piteira Santos

Ali podiam estar, como sucedeu, o simpatizante socialista lado a lado com o simpatizante comunista, ou da FSP com o MDP/CDE, já que na sua qualidade de trabalhadores têm como inimigo principal a investida da recuperação capitalista que sem sombra de dúvidas será sempre feita à custa do seu trabalho e das suas privações.

postas de parte na luta contra o fascismo e a recuperação capitalista.

E a canção que na madrugada do 25 de Abril de 1974 foi o sinal para a queda definitiva do fascismo reviveu ali bem próximo do Rádio Clube Português, cantada com força por milhares de pessoas, logo seguida pelo «hino do MFA»,

entendimento entre as forças democráticas, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, precisou que o seu Partido está aberto até àqueles que nos têm caluniado, se forem capazes de dar provas de que são democratas. E essa demonstração faz-se se se for capaz de dialogar com os trabalhadores, em vez de os mandar reprimir, como vem sucedendo com frequência.

E ao terminar: *Empenhamo-nos em encontrar a tal plataforma de união, a tal plataforma que responda aos problemas nacionais de tal forma que seja 25 de Abril sempre.*

UNIDADE O ÚNICO CAMINHO

A multidão ia aumentando no Parque Eduardo VII. O correr das horas não afastava as pessoas, antes as congregava naquela tarde de convívio. O canto livre com que estiveram presentes José Jorge Lúria, Nuno Gomes dos Santos, Samuel, José Manuel Osório, Luísa Basto, Francisco Nicholson e Armino Rodrigues prolongou o convívio até quase à noite depois do breve comício, o qual foi encerrado pelo dirigente do MDP/CDE, António Galhordas, que na sua intervenção apontou a necessidade de ter bem presente em todos os momentos que o inimigo principal é o capitalismo e o imperialismo.

Antes, Rui Grácio, ex-militante do PS e antigo secretário de Estado da Orientação Pedagógica, subordinara a sua intervenção à ideia de que todos os dias são dias para fazer o 25 de Abril, afirmando mais adiante que cabe às forças democráticas unidas defendê-lo e reforçá-lo, pois muitos saudosistas do 24 de Abril pretendem desfazer aquela data de libertação.

A unidade seria também focada por Fernando Piteira Santos, director-adjunto do «Diário de

Lisboa», ao declarar: *Só há um caminho: a unidade, que seria possível se os resultados das eleições para a Assembleia da República fossem cumpridos.*

E numa mensagem de esperança, acrescentou: *Nenhuma força se poderá opor ao povo português se hoje soubermos dizer «o povo unido jamais será vencido» e nós não seremos vencidos porque havemos de encontrar o caminho da unidade.*

Membro da Comissão Nacional da FEPU, Anselmo Anibal antigo secretário de Estado, foi o penúltimo orador, traçando um breve balanço das conquistas e do que se realizou nestes três anos, que considerou positivo. No prosseguimento da sua intervenção não deixou de assinalar que a Constituição aponta para um Estado que não é neutro, mas para um Estado empenhado na defesa das classes trabalhadoras.

Não se pode dizer que presentemente o Estado seja neutro, mas pode-se dizer é que não está empenhado na defesa das classes trabalhadoras.

Mas isso não impede — pelo contrário — que cada vez mais sejam as pessoas verdadeiramente interessadas em fazer do 25 de Abril o grande aniversário da libertação de um povo, aniversário que se deve prolongar durante todos os dias do ano para que seja 25 de Abril sempre.

Setúbal, Barreiro e Almada A FESTA NÃO FEZ ESQUECER A LUTA DE TODOS OS DIAS

Em todo o distrito de Setúbal as comemorações de Abril verificaram-se, com grandes mobilizações do povo que não quis deixar de assinalar, de modo unitário a data que trouxe a liberdade. Almada e Setúbal ocuparam as nossas reportagens, do lado de lá do Tejo:

então sujeitos ao colonialismo português.

Todas estas conquistas foram consagradas na Constituição, que aponta como objectivo do Estado a construção do Socialismo.

Terminado o discurso, cantou-se o Hino Nacional e foi iniciada a marcha pelas artérias da cidade, depois duma saudação especial da Câmara ao povo de Almada, cantando canções revolucionárias e gritando palavras de ordem de apoio às conquistas da Revolução e vitoreando o 25 de Abril.

De manhã a festa continuou. Pelas 10 horas tiveram início as diversas actividades desportivas infantis, juvenis, juniores e seniores.

Foi inaugurada a Creche 25 de Abril, que contou com a presença das bandas e dos Bombeiros, e a biblioteca do «São Paulo Clube Recreativo de Almada», que contou também com a presença das bandas. Estas obras, que se podem considerar de grande importância, devem-se à tenacidade e ao trabalho, muito trabalho, dos elementos das Comissões de Moradores e à ajuda da população.

De tarde, no largo Gabriel Pedro, resistente antifascista, foram exibidas cenas da peça «O Pão» do grupo TAI (Teatro Amador da Incrível) e ditas poesias e canções

pelo Grupo de Teatro Amador da Academia Almadense. Também elementos da Cooperativa Popular de Almada, tiveram intervenções.

No conjunto de iniciativas levadas a efeito foi impressionante a adesão das populações.

Actividades culturais (pintura, artes plásticas, exposição musical infantil, jogos); exposições sobre o 25 de Abril e os Movimentos de Libertação; bancas de livros; trabalhos efectuados pelas crianças da Oficina Educativa da «Incrível»; intervenções sobre o significado do 25 de Abril, pelas Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Colectividades e Câmara Municipal; filmes para crianças e adultos em sessões contínuas no Jardim Alberto Araújo, eis alguns exemplos do que foi, em Almada a comemoração do 25 de Abril.

representava as Comissões de Moradores d'isto por sua vez:

É preciso não esquecer que, desde a primeira hora, houve tentativas para que o processo revolucionário fosse traído e recuperado pela reacção tal como tem acontecido em tantas outras revoluções. Os nossos inimigos ameaçam-nos, tentam enganar-nos, tentam dividir-nos. E mais adiante, finalizando: *Por tudo isto, é preciso lutar, dia a dia, na unidade. Por isso e com esse espírito estamos a comemorar o 25 de Abril!*

O representante da União dos Sindicatos de Setúbal, viria a referir-se também à importância da unidade:

A unidade não pode ser uma palavra vã entre nós — disse. — Torna-se imperiosa, num momento em que as forças fascistas atentam contra as conquistas dos trabalhadores, contra as liberdades e contra a democracia.

Por fim, Feliciano Raposo, falou da Reforma Agrária. E antes de terminar agradecendo o apoio dos trabalhadores da cidade, dos trabalhadores dos outros países capitalistas e dos países socialistas, disse:

Os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores querem trabalhar em paz, querem aumentar ainda mais a produção, querem que acabem as investidas contra a Reforma Agrária e que em vez delas o Governo lhes dê apoio técnico e financeiro para que haja mais pão na nossa terra.

Principiou depois o desfile. Desta vez sob um sol que iluminava fortemente os bairros por onde passaram milhares de manifestantes. Em unidade, demonstrando querer defender as conquistas que o 25 de Abril, há três anos, veio possibilitar.

NO BARREIRO

No Barreiro as comemorações tiveram início no dia 24, com uma concentração promovida por Comissões de Moradores. Nesta concentração foi notável a participação popular e o espírito de unidade.

No dia 25, a manhã foi essencialmente dedicada às crianças, que pintavam murais e venderam cravos. Na parte da tarde houve concentração no Largo de Santa Maria, dirigindo-se depois os vários milhares de pessoas para o estádio 13 de Agosto, onde se realizaram diversas provas desportivas, de que se salienta um jogo de futebol feminino.

O grupo coral dos trabalhadores da CUF, participou também nas comemorações e com o complemento cultural e recreativo.



Manuel Serra



Oliveira Sá



Anselmo Anibal



Rui Grácio

possível, se viam pessoas, o palco improvisado quase desaparecia, tanta era a gente que ali se concentrou, num terreno onde as árvores pareciam nascer de um campo formado por pessoas.

Era a esperança e a determinação de haver «25 de Abril sempre» como gritaram, depois de entoado o Hino Nacional. Rui Pedro, que começou a anunciar a sessão, seguido depois por Luís Filipe Costa e João Paulo Guerra, leu uma mensagem da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da FEPU, a qual recorda:

Há três anos, Portugal era uma ditadura reaccionária, bastião do capitalismo mais retrógrado, do colonialismo e do imperialismo. Três anos depois, somos um país democrático empenhado na transição para o socialismo. Por força do 25 de Abril.

E é essa força que hoje aqui comemoramos. Realçando, contudo, as ameaças cada vez mais graves contra tudo o que foi conquistado e os perigos que espreitam, a mensagem avança uma certeza: Mas comemoramo-la, sabendo e conhecendo também tudo o que a nossa força teve força para vencer. E a nossa força é a força das classes trabalhadoras deste país, unidas a outras camadas da população que, se aquelas forem vencidas, igualmente seriam oprimidas e esmagadas. São estas forças que permitiram a vitória do 25 de Abril.

Por isso, tudo deverá ser tentado para que a divisão não seja introduzida, prossegue a mensagem lida por Rui Pedro e na qual, depois de apontar a responsabilidade histórica de procurar os difíceis mas necessários caminhos da convergência em que se deu o 25 de Abril e sem a qual não há vitória possível, se afirma ao terminar:

A 25 de Abril — há três anos — soubermos estar diversos mas unidos na alegria da liberdade, da justiça e da paz reencontradas. Três anos depois, só assim, mais do que nunca as poderemos conservar e aprofundar. Só assim a democracia será assegurada e consolidada, a recuperação económica será conseguida, o socialismo por que lutamos será uma realidade na terra portuguesa. Só assim poderá ser o 25 de Abril sempre!

AFASTAR AS DIVERGÊNCIAS

Nem só os oradores representavam diversos partidos progressistas, ou eram mesmo



ASSINADOS PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO COM A URSS E A CHECOSLOVÁQUIA

Na sequência de uma sessão mista realizada em Moscovo no final do ano passado, foi recentemente assinado na Sala dos Embaixadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, um protocolo de cooperação económica, técnica e científica entre o nosso país e a União Soviética. Presentes na cerimónia o vice-presidente do Comité de Estado para a Ciência e Técnica da URSS, o embaixador soviético em Lisboa, camarada Arnold Kalinine, camarada M.P. Kovaliev, e o director-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Magalhães Cruz, indigitado para embaixador em Moscovo.

O protocolo agora assinado que antecedeu a segunda sessão mista, a efectuar no segundo trimestre de 1978 — incide sobre dois pontos essenciais: 1 — *Informação mútua sobre o cumprimento das resoluções da I sessão da Comissão Mista*; 2 — *Análise das perspectivas e determinação dos prazos possíveis e condições de intercâmbio nos seguintes sectores: energia; transformação dos minérios de pirites e síemitos; agricultura; produção florestal; melhoria dos solos; investigação fundamental; realização de exposições de livros e fotografias e semana de filmes; data e lugar da exposição sobre as realizações da URSS na utilização pacífica da energia nuclear.*

Usando da palavra no acto de assinatura do documento, Kovaliev começou por exprimir a sua satisfação pela hospitalidade e espírito de compreensão mútua com a delegação soviética foi recebida, tendo salientado a importância de que se revestiu a assinatura daquele protocolo para o desenvolvimento frutífero da cooperação entre os nossos dois Estados, no espírito da Conferência de Helsinquia. A missão soviética, que esteve

no nosso País durante uma semana, participou na inauguração de uma exposição de livros técnicos e científicos soviéticos que entretanto encerrou e à qual nos referimos noutra local. De salientar que os volumes integrados no certame foram oferecidos à Universidade Técnica de Lisboa.

Finalmente, o dr. António Celeste salientou que a balança comercial entre os dois países se encontra equilibrada, tendo afirmado que *(são boas as perspectivas futuras da cooperação e intercâmbio entre Portugal e a Checoslováquia. Tal como foi referido durante a cerimónia, o nosso País exporta já para a RSCh produtos de consumo, mas há a possibilidade de entrarmos noutras exportações, na medida em que se discutem as oportunidades de cooperação com terceiros países.* A concluir, o secretário de Estado sublinhou que *muito pode ser feito nos domínios da construção civil e dos têxteis, entre outros. É muito útil intensificar os contactos a nível de empresas dos dois países. É igualmente muito importante o papel que podem desempenhar as câmaras do comércio de Portugal e da Checoslováquia.* Durante a sua estadia no nosso País, a delegação checoslovaca visitou a Sorefame e a Mague.

Durante a sua estadia no nosso País, a delegação checoslovaca visitou a Sorefame e a Mague.

PROTOCOLO LUSO-CHECOSLOVACO

Entretanto, foi também assinado no MNE, em Lisboa, o protocolo final da segunda sessão da Comissão Mista Luso-Checoslovaca criada por acordo a longo prazo entre o nosso País e a República Socialista da Checoslováquia. O documento foi subscrito pelo vice-ministro Javolev Jakubec, que chefiou a missão checoslovaca, e o Secretário de Estado do Comércio Externo português, dr. António Celeste.

O intercâmbio comercial entre os nossos dois países duplicou neste último ano, mas isso ainda não nos satisfaz, porque sabemos que podemos ir mais longe, não só nas trocas comerciais mas também no intercâmbio científico e técnico — afirmou na altura o dr. António Celeste. Por seu turno, o camarada Jakubec afirmou em resposta: *Acabámos de assinar um documento que significa um passo em frente nas relações entre os nossos dois países. Concordo que é necessário ir mais longe. Esperamos que mais técnicos e especialistas checoslovacos venham a Portugal muito em breve, e que, reciprocamente, mais técnicos e especialistas portugueses visitem o nosso País.* Com este documento — acrescentou o vice-ministro checoslovaco — nós criámos outras condições e possibilidades para as relações dos nossos dois países, na medida em que ele não

institui apenas o desenvolvimento nas relações comerciais, mas inclui também o nosso interesse no domínio dos transportes e da cooperação científica e técnica.

Promovida pela Embaixada da URSS em Portugal e pelo Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC), encerrou ontem na Reitoria da Universidade de Lisboa uma exposição de livros técnicos e científicos soviéticos, que durante uma semana recebeu a visita de largas centenas de pessoas.

O certame, integrado no âmbito da cooperação científica e técnicas existente entre o nosso país e a União Soviética, foi constituído por 514 títulos sobre engenharia, ciência, cibernética, zoologia, pescas, agricultura, geologia, medicina, matemática, astronomia e arte.

De salientar que na inauguração da exposição estiveram presentes, entre outras personalidades, o reitor da Universidade de Lisboa, professor Barahona Fernandes; o secretário de Estado da

Investigação Científica, Tiago de Oliveira; e os camaradas Kovaliev, vice-presidente do Comité Estatal do Conselho de Ministros da URSS para a Ciência e a Técnica e Matveev, ministro conselheiro da embaixada soviética em Lisboa. Na ocasião, o camarada Kovaliev disse ser desejável que a colaboração entre os dois países, no campo científico, possa contribuir para uma melhor entendimento entre os nossos povos, dentro do espírito de paz e cooperação definido na Conferência de Helsinquia.

Entretanto, na sequência desta iniciativa, a embaixada da União Soviética, a Associação Portugal-URSS e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) levaram a efeito recentemente uma conferência subordinada ao tema "O Progresso Científico e Técnico na URSS", onde esteve presente o camarada Kovaliev.

Encerrou ontem EXPOSIÇÃO DE LIVROS SOVIÉTICOS EM LISBOA

Investigação Científica, Tiago de Oliveira; e os camaradas Kovaliev, vice-presidente do Comité Estatal do Conselho de Ministros da URSS para a Ciência e a Técnica e Matveev, ministro conselheiro da embaixada soviética em Lisboa. Na ocasião, o camarada Kovaliev disse ser desejável que a colaboração entre os dois países, no campo científico, possa contribuir para uma melhor entendimento entre os nossos povos, dentro do espírito de paz e cooperação definido na Conferência de Helsinquia.

Entretanto, na sequência desta iniciativa, a embaixada da União Soviética, a Associação Portugal-URSS e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) levaram a efeito recentemente uma conferência subordinada ao tema "O Progresso Científico e Técnico na URSS", onde esteve presente o camarada Kovaliev.

De salientar que na inauguração da exposição estiveram presentes, entre outras personalidades, o reitor da Universidade de Lisboa, professor Barahona Fernandes; o secretário de Estado da

1.º ANIVERSÁRIO DA PETROGAL

Actividades desportivas, culturais, infantis e de convívio assinalaram as comemorações do primeiro aniversário da Petrogal, Empresa Pública de Petróleos, que se realizaram, nos passados dias 23 e 24, no Bairro Social de Sacavém, por iniciativa da Comissão Central dos Trabalhadores da empresa.

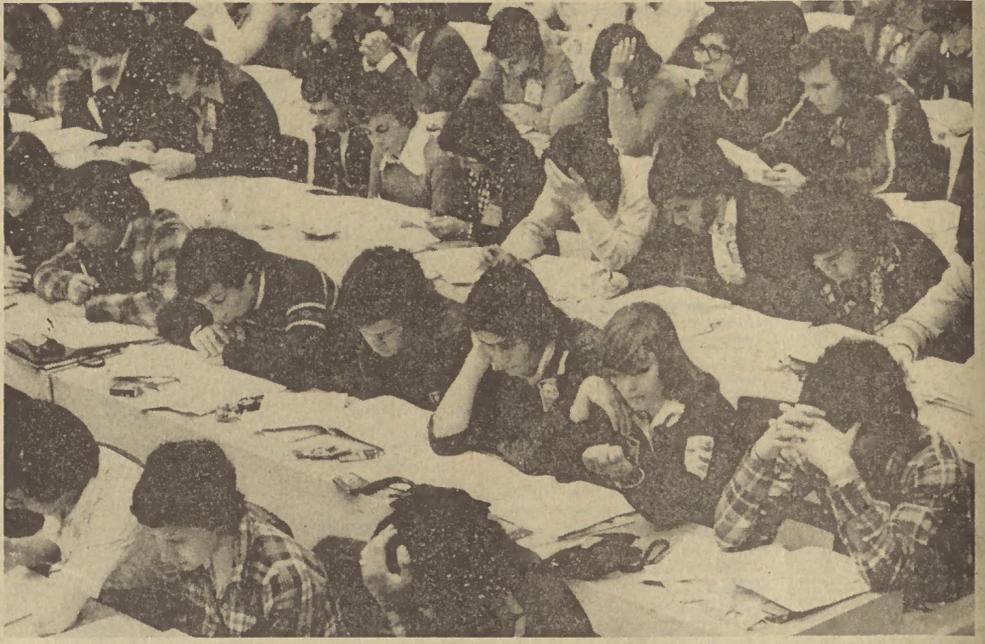
"Estamos aqui para comemorar três datas que marcam três etapas fundamentais do processo que foi possível a partir da gloriosa acção dos "capitães de Abril": a libertação do fascismo e do colonialismo, a libertação dos monopólios e a criação de uma Empresa Pública (a Petrogal) que para os trabalhadores tem o seu verdadeiro significado se servir para a recuperação económica do país e a estruturação do sector produtivo que sirva de alavanca para o lançamento das bases económicas da sociedade socialista" — salientou Carlos

Barradas, membro da CCT na abertura da festa comemorativa. Referiu-se ao actual momento político afirmando: "Apesar de nuvens negras que todam a nossa sociedade, apesar de assistirmos ao modo como impunemente os saudosistas do passado fascista ganham força, os trabalhadores estão confiantes porque acreditam na sua firmeza". Carlos Barradas terminou criticando algumas posições do Conselho de Gerência da Petrogal e apelando para a unidade e coesão das massas trabalhadoras.

Na abertura das comemorações falou também o Presidente do Conselho de Gerência. Estiveram presentes representantes de diversos órgãos do Poder, os elementos que constituíram a Comissão de Reestruturação do Sector Petrolífero e as Comissões Administrativas das empresas fusionadas na Petrogal (Sacor, Sonap, Cidla e Petrosul).

apoderarem-se desses dois negros que iam para nos ensinar o caminho. Mas eles, como grandes e heróicos patriotas, chegaram à zona e não abriram mais a boca. Só diziam que não sabiam. Então a partir daí os pides lançaram-se neles com um pau, deram-lhes tantas ou tão poucas sem olhar onde batiam, ora na cabeça, ora no corpo ou nas pernas, era onde calhava. Um deles caiu desmaiado. Isto já se passou no dia 1 de Janeiro de 1968. Com a corronha da G3 abriram a cabeça a um, que logo começou a jorrar sangue e nem deixaram o enfermeiro tratar dele. Com o passar das horas, de esses negros, chegou-o-lhes a inchar a cara e o corpo e os lábios com febre, e ainda de vez em quando os carracos lhes iam malhando com uns muros e uns pontapés.

Chegou-se a noite e passámos no mesmo local. Só na manhã seguinte partimos de volta para onde tinham ficado as viaturas, e esses negros já não se podiam mexer com dores e mesmo assim os pides continuaram sempre na mesma brutalidade, para eles contarem alguma coisa. Depois passámos por um aldeamento e, talvez por não aguentarem mais com a brutalidade da pide, indicaram mais três negros que estavam presentes no aldeamento e que pertenciam aos grupos de libertação. E a cena com estes três infelizes foi a mesma. E o resultado foi também o mesmo, também nada contaram. A pide furiosa e assassina como era, trouxe os cinco negros conosco e, quando chegámos às viaturas mandou-os abrir uma cova funda e sempre a continuar a malhar, para eles contarem alguma coisa. No fim da cova aberta, a pide pôs um de cada vez ao lado da cova e começou assim o assassínio daqueles cinco infelizes mas heróicos que deram a vida pela luta do seu povo. Conforme a pide ia dando uma rajada, ia caindo um de cada vez dentro da cova. Isto passou-se no dia 2 de Janeiro de 1968, na minha frente e na frente de toda a Companhia, isto posso eu testemunhar, o que eram os pides assassinos, que ainda hoje sou capaz de dizer onde jazem esses cadáveres cravados de balas assassinas da pide. Eles gritavam e choravam de horror, que não os matassem, mas para os assassinos da pide não tinha significado o que eles imploravam. Isto foi o que eu vi. E quantas outras não aconteceram, que a maioria dos portugueses não sabe? E ainda os senhores doutores juizes não querem acreditar em tantas crueldades que os assassinos fizeram! Dão-lhes a liberdade! Sem mais, um abraço para os camaradas da Redacção do "Avante!", deste democrata amigo João Augusto da Luz



Declaração da UJC «OS IDEAIS DA JUVENTUDE SERÃO CONCRETIZADOS»

No decorrer da última sessão do 1.º Congresso da União da Juventude Comunista, realizado nos passados dias 16 e 17 deste mês, os 750 delegados aprovaram por maioria (com uma abstenção), a Declaração da UJC, documento-síntese que resultou de um amplo debate nacional sobre os problemas da juventude trabalhadora.

Ao longo de centenas de reuniões, assembleias e outras jornadas preparatórias do Congresso, milhares de jovens comunistas, simpatizantes e amigos da UJC e outros jovens progressistas discutiram, num ambiente de grande entusiasmo, o projecto de Declaração, tendo sido apresentadas numerosas propostas de alteração (na sua maioria complementos). Destas propostas, que demonstram uma participação activa dos jovens na preparação do Congresso, foram aceites 152.

Após três semanas de intensa actividade de mobilização, realizou-se o 1.º Congresso da UJC, o mais importante acontecimento político do movimento da juventude trabalhadora do nosso País. No final, os delegados e convidados manifestavam a sua confiança nas resoluções que acabavam de tomar. Erguendo o documento aprovado, os 750 delegados ao Congresso sabiam que tinham conseguido o instrumento de trabalho onde se aponta a todos os jovens progressistas, a todos os jovens que lutam pelo futuro, as tarefas a desenvolver para o reforço da unidade da juventude e para a conquista dos seus direitos e aspirações.

INTERESSES, REIVINDICAÇÕES E OBJECTIVOS

A JUVENTUDE E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Depois de lembrar o importante papel da juventude na luta contra a ditadura fascista, salientando que «as organizações da

juventude comunista constituíram sempre a vanguarda revolucionária da juventude», o 1.º capítulo da Declaração («A Juventude e o Processo Revolucionário»), sublinha:

A juventude teve uma participação activa, abnegada e heróica na luta que conduziu à conquista e defesa das liberdades democráticas, ao fim da guerra colonial e do colonialismo, à liquidação dos grupos monopolistas, às nacionalizações, à Reforma Agrária, ao controlo operário em vastos sectores da economia nacional. E mais adiante: Na nova situação criada pelos acontecimentos do 25 de Novembro, e pelo avanço das forças de direita e da reacção, a juventude trabalhadora, redefinindo os seus objectivos imediatos da luta, continua a ser um dos sectores mais aguçados na defesa das conquistas da Revolução, pelo prosseguimento do processo democrático. Não se alterou a confiança da juventude na Revolução, nem afrouxou o seu combate.

FRENTES DE ACÇÃO

O movimento da juventude — salienta o terceiro capítulo da Declaração — é por sua natureza, um movimento unitário. A unidade da juventude trabalhadora é uma necessidade fundamental para a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, para a luta contra a reacção e o fascismo, pela defesa das conquistas da Revolução e da democracia portuguesa. Os jovens comunistas sempre se bateram e continuarão a bater-se pela unidade da juventude trabalhadora. Estão e estarão sempre dispostos a unir-se com todos os jovens que estejam de acordo em lutar pelos legítimos interesses das massas juvenis, em desenvolver, estimular ou participar em iniciativas e acções que contribuam para o prosseguimento da democratização da vida do País.

Referindo que «o movimento da juventude trabalhadora se desenvolve em várias frentes de acção», o documento analisa separadamente a actividade dos jovens nas empresas, nos campos, no movimento sindical, nas escolas nocturnas e nas colectividades e outras associações. O sublinhar que para o desenvolvimento da luta juvenil «é essencial a participação das raparigas», a Declaração da UJC afirma:

FALECEU UM CAMARADA

Foi com profundo pesar e mágoa que o nosso Partido tomou conhecimento da morte do camarada João Aguiar Nunes, ocorrida recentemente. O camarada João Nunes, cuja vida de militante constituiu um abnegado exemplo para todos os revolucionários, era membro da célula do Partido nos Móveis Olato e colaborava na actividade do nosso Centro de Trabalho da Bobadela (Sacavém).

A família enlutada e aos amigos e companheiros do comunista desaparecido, o colectivo do "Avante!", expressando os sentimentos de todos os democratas e antifascistas, apresenta as mais sentidas condolências.

A Juventude luta pelo direito ao desporto; A juventude luta pelo direito à cultura, recreio e convívio; e A Juventude luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo. Ao referir que «mais de 700 000 jovens trabalhadores dos 10 aos 24 anos continuam a ter graves problemas a que é urgente dar resposta», o texto que introduz o segundo capítulo da Declaração destaca ainda:

Persistem grandes discriminações salariais e profissionais que tocam duramente a juventude e em particular as raparigas. O desemprego continua a aumentar com a política de recuperação capitalista; calculando-se que, no total de 500 000 desempregados, 300 000 sejam jovens. Dezenas de milhares de jovens trabalhadores continuam na emigração. As promoções e o desenvolvimento profissional são deliberadamente impedidos ou dificultados. O ensino técnico e as escolas nocturnas não têm capacidade nem condições para comportar os trabalhadores-estudantes que ultrapassam os 100 000. A juventude trabalhadora encontra-se em grande parte afastada de uma vida cultural e recreativa regular. Numerosos obstáculos para construir família se levantam ante os jovens: baixos salários, falta de habitação e elevadíssimas rendas de casa, agravamento do custo de vida, reduzidos abonos de família, falta de creches e infantários. Como resultado por um lado das condições económicas e sociais a que os exploradores condenam a juventude, e por outro lado da acção ideológica da burguesia e do imperialismo para derrotar a juventude e afastá-la da luta social e política (vaga de filmes de violência, revistas pornográficas, propaganda da vida fácil), continua a delinquência juvenil e a prostituição, aumenta o consumo de droga.

A UJC — VANGUARDA DA JUVENTUDE TRABALHADORA

As tarefas a desenvolver pelos militantes da UJC, nomeadamente no trabalho de direcção da organização, na propaganda e esclarecimento e no trabalho ideológico, são apontadas no quarto e último capítulo da Declaração, o qual salienta que é necessário «prosseguir regularmente o recrutamento de mais jovens trabalhadores», «alargar e aprofundar a organização», «melhorar a estruturação da organização», «intensificar decididamente o recrutamento de raparigas», «abrir mais Centros de Trabalho da UJC», «reforçar a actividade directiva da C. Central», «formar quadros capazes e abnegados» e «acompanhar o trabalho revolucionário dos funcionários da UJC». Prosseguindo, a Declaração sublinha ainda que «é urgente organizar o estudo dos documentos e materiais da UJC e do Partido, organizar pequenos cursos, colóquios, seminários, etc., que contribuam para a formação ideológica dos nossos militantes». Mais adiante sublinha que é necessário propagar as nossas ideias, combater as ideias fascistas, reformistas, esquerdistas e pseudo-revolucionárias e responder politicamente às questões juvenis. Depois de reafirmar que a UJC não poupará esforços para unir e organizar a juventude trabalhadora na luta pela satisfação das suas aspirações, a Declaração refere que os jovens comunistas estão sempre prontos a dialogar e a cooperar com as outras organizações juvenis progressistas, e desenvolvem todos os seus esforços no sentido da unidade com a Juventude Socialista, com a Juventude Católica, com outras organizações democráticas e com todos os jovens progressistas. Apesar das dificuldades de unidade com a JS, a UJC continuará a dirigir os seus esforços, para que a todos os níveis os jovens comunistas e socialistas discutam os problemas de juventude e em torno de objectivos comuns e concretos, para que se desenvolva a cooperação necessária à luta da Juventude e defesa da Revolução.

Há muitos jovens enganados por partidos reaccionários como o PPD e o CDS assim como por grupos pseudo-revolucionários. A realização de grandes iniciativas de massas, um grande trabalho de esclarecimento político e ideológico, são importantes acções para subtrair os jovens trabalhadores à influência desses partidos e grupos. Só a unidade das forças democráticas, a unidade da classe operária, das massas trabalhadoras, da juventude, dos militares fiéis ao espírito do 25 de Abril, será capaz de, mais uma vez, impedir e derrotar o avanço da reacção, e conjurar o perigo fascista, de garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores, da liberdade e da democracia. A terminar, o documento salienta: A hora presente é de luta. A certeza da vitória dá-nos ânimo para lutar e vencer. Os ideais da juventude serão concretizados. Defenderemos as conquistas, as liberdades e os direitos da juventude. Construiremos um Portugal democrático, livre e independente a caminho do socialismo.

DELEGAÇÃO DO PCP EM PRAGA

Encontra-se em Praga, a fim de participar numa importante reunião de trabalho de representantes dos partidos comunistas e operários no âmbito da

"Revista Internacional", uma delegação do PCP composta pelos camaradas Carlos Abóim Inglês, membro do CC do PCP e Domingos Lopes, colaborador do CC.

ACORDO RADIOFÓNICO

Foi recentemente assinado em Sófia um acordo de programas musicais, culturais e recreativos entre a Radiodifusão Portuguesa e a sua congénere da República Popular da Bulgária. Nos termos deste acordo — que irá contribuir para o reforço dos laços de amizade e cooperação entre os povos de Portugal e da Bulgária — as duas estações

emissoras obrigam-se a transmitir, nos dias das respectivas festas nacionais, programas especialmente dedicados ao outro país.

Além disso, o acto de assinatura do protocolo esteve presente uma delegação da RDP, composta pelo presidente da Comissão Administrativa, pelo director de programas e por um representante da Comissão de Trabalhadores.

Uma carta: A PIDE EM ANGOLA

Alemanha — Anholt — 16/2/77

Camaradas da Redacção do "Avante!" Dirijo esta carta ao "Avante!" para que os camaradas vejam se tem interesse ou não publicá-la. Sou leitor do "Avante!" desde 1965, tinha eu nessa altura 18 anos e a partir daí fiquei a saber o que eram os comunistas e o que era o Partido Comunista Português, e o que era a PIDE, e fiquei a sentir mais o que era a exploração fascista. Depois tive um interregno de dois anos sem o ler, quando tive de ir para Angola, defender, como todos sabem, o interesse dos fascistas, capitalistas e imperialistas e de toda essa canalha exploradora. E é precisamente de Angola, defender, como todos sabem, o interesse dos fascistas, capitalistas e imperialistas e de toda essa canalha exploradora. E é precisamente de Angola que eu aqui quero falar.

Agora estou na Alemanha a trabalhar desde Outubro de 1972. Estive mais dois anos sem ler o nosso jornal e, graças ao 25 de Abril, aqui o pude começar novamente a ler, mas desta vez livremente. E tem sido através do "Avante!" que sei que os assassinos ex-pides estão a ser postos em liberdade, pelo menos já uma grande maioria deles. E em muitos julgamentos, senão todos, os senhores juizes ou alguns não acreditam nas bárbaras torturas e assassinatos que fizeram esses cobardes e assassinos ex-pides. Quando o "Avante!" era clandestino eu lia todas essas torturas por que muitos lutadores antifascistas passaram. Depois, como já falei, fui para Angola e infelizmente pude ver com os meus olhos o que eram os pides assassinos, e vou descrever o que vi: Eu pertencia à Companhia de Caçadores 1719, Batalhão 1920, que estava instalado no leste de Angola, na zona da cidade do Luso e Gago Coutinho. Precisamente no dia 31 de Dezembro de 1967 a minha Companhia foi chamada a uma intervenção de assalto a um acampamento das tropas de libertação e connosco iam dois angolanos negros que tinham sido capturados por outra Companhia, e esses iam-nos ensinando onde estava o dito acampamento. Iam ainda connosco três assassinos pides, vestidos à civil, que eu não sabia quem eles eram, mas desconfeitei e tomei precaução e avisei alguns colegas. Uma vez que iam vestidos à civil, com uns escravos negros carregados com as coisas deles, era sempre de desconfiar. Saímos de carro para a operação a partir do Luso, para uma distância aproximadamente de 100 quilómetros e andámos talvez uns 20 quilómetros a pé para chegarmos à zona onde estaria esse acampamento. Chegámos e vi logo os pides



Em Grândola REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO NUMA TERRA QUE É UM SÍMBOLO

Num dos armazéns da Cooperativa Corticeira Militar, em Grândola, reuniu-se, no passado sábado, a 3.ª Assembleia da Organização deste concelho.

Presentes neste plenário os camaradas Jaime Serra, da comissão política do Comité Central do nosso Partido, Manuel Sobral, também do CC e da Direcção da Organização Regional de Setúbal e Álvaro Perdigão também da DORS, além de 181 delegados em representação dos 1056 militantes inscritos no concelho. Destes 181 delegados 36 eram mulheres. Ferto de quinhentos convidados assistiram ao desenrolar dos trabalhos que vinham a terminar perto das vinte horas.

Os trabalhos começaram com uma saudação da Comissão Concelhia cessante, logo seguido de um relatório sobre a Reforma Agrária. No concelho de Grândola existem neste momento 13 Unidades Colectivas de Produção, organizadas na União Promoção Camponesa, que somam uma área

aproximada de 14 mil hectares de terra. Antigamente trabalhavam nestas terras cerca de cem trabalhadores, número que actualmente ultrapassa os 350.

No concelho de Grândola a Cooperativa 18 de Agosto é um dos exemplos da capacidade organizativa dos trabalhadores. Antes do 25 de Abril trabalhavam naquelas terras apenas dois maiores e dois tractoristas. Trinta e quatro trabalhadores produzem agora trigo, feijão, milho, grão, batatas, hortaliças, tomate, etc. Isto onde apenas se semeava cevada (e pouca). O gado bravo, para as corridas de touros era a única preocupação dos "senhores" daquelas terras que apenas mantinham bem tratadas as cavalarias, que tinham melhores condições que as casas onde moravam os trabalhadores.

No relatório sobre a Reforma Agrária condena-se a campanha contra a RA que visa como principal objectivo a recuperação das terras pelos agrários e o direito de reserva, que só deve ser

atribuído depois de todos os latifundiários terem sido expropriados e desde que esta não vá prejudicar a viabilidade económica das Unidades Colectivas.

O Movimento Sindical tem no concelho de Grândola alguma força se bem que a sua população seja essencialmente agrícola. Apenas quatro delegações sindicais estão no concelho; sindicato dos operários agrícolas, corticeiros, construção civil e ajudantes de motoristas e pessoal de garagens.

A verticalização sindical é uma tarefa importante e prioritária. Na análise feita ao trabalho sindical no concelho salientou-se que a legislação antioperária não é outra coisa senão a tentativa de quebrar a resistência aos trabalhadores e por meio de repressão sujeitá-los à exploração; limitar a acção sindical e impor um "pacto social" no interesse da burguesia.

A implantação do nosso Partido em Grândola data de algumas dezenas de anos. Antes da

Segunda Grande Guerra, em 1936, já o Partido tinha o registo nº 12 e a 1.ª e 2.ª em Grândola, portanto, nesta terceira Assembleia da Organização Concelhia faz o balanço da actividade política e de massas, antes e depois do 25 de Abril é contribuir não só para engrandecimento da história do Partido, como para evocar, também, a luta do povo do concelho de Grândola.

Reconhecendo a extrema necessidade de quadros, os militantes do concelho estão fortemente empenhados na palavra de ordem "a cada militante uma tarefa". Assim, a Organização Concelhia tudo fará para ser digna do glorioso passado de luta que honra o Partido Comunista Português e Grândola Vila Morena.

O relatório sobre as Autarquias Locais mereceu dos delegados e convidados a melhor das atenções. Nota foram relatadas as actividades dos nossos camaradas e dos militantes do MDP/CDE na defesa dos interesses da população em geral.

Na Corame CAPACIDADE PARA ENCONTRAR AS SOLUÇÕES JUSTAS

Foi em Santa Iria, no passado dia 2, que se reuniu a Assembleia de Célula da Corame. Com a presença dos membros da célula, de delegações de outras empresas - da MEC, da Covina, da Portifapas, da Covian, da Rodoviária e da Facilma - e ainda de convidados especiais, não membros do Partido, a 1.ª Assembleia desta célula constituiu mais uma jornada em que os comunistas debateram os problemas da sua organização, elegeram novo órgão dirigente e se prepararam assim para as novas tarefas.

Na Introdução lida na Abertura dos trabalhos, salienta-se a importância desta Assembleia,

marco importante da vida do Partido dentro da empresa.

Foi o relatório de actividades que mais interesse suscitou da parte dos militantes ali reunidos. Com efeito tratava-se não apenas de aprovar ou ouvir ler, mas sim de discutir e enriquecer, o que foi levado a cabo.

Focando os aspectos da organização, o relatório historia o nascimento no Corame de uma célula do PCP, depois do 25 de Abril, e a influência que o Partido começou logo a ter junto dos trabalhadores da empresa desde os primeiros dias, a ligação que se foi estabelecendo entre o Partido e as massas.

Para essa boa ligação - diz o documento - muito contribuiu a capacidade da nossa célula em *auscultar e perceber qual o sentimento das massas, por forma a encontrar as soluções justas para os problemas que as afectavam.*

E mais adiante: *Ao fazermos o balanço de actividades, constatamos que desde sempre até ao momento tem estado a nossa organização mobilizada para as tarefas que o desenvolvimento do processo revolucionário lhes tem colocado, quer nos momentos em que se impunham medidas para fazer avançar a revolução, quer nos momentos mais difíceis em que era necessário a tomada de medidas concretas na defesa das conquistas já alcançadas; e tem conseguido ainda a nossa célula, mobilizar a esmagadora maioria dos trabalhadores para essas tarefas.*

O relatório realça ainda o papel do Partido junto das organizações unitárias, salientando embora as dificuldades de acompanhamento de tantas frentes de trabalho.

Muito ficou por fazer, admitem os camaradas; e apontam como necessidades a edição de um boletim da célula; o recrutar novos militantes; uma melhor discussão e alargamento da influência do "Avante!"; o melhorar o funcionamento regular dos organismos.

Um ponto sobre Fundos vem esclarecer que desde o início da formação da célula, que um organismo voltado para este aspecto existe, salientando-se que as recolhas de fundos que regularmente têm ocupado a actividade daquele organismo têm vindo a processar-se sempre em crescendo, como ficou demonstrado pelos números.

A divulgação do "Avante!", as tarefas ligadas à Informação e Propaganda são especificadas no documento que demonstra bem as múltiplas frentes de trabalho em que os comunistas se empenham para levar a voz do Partido junto dos seus camaradas de trabalho.

Com um ponto sobre o trabalho Sindical, encerra o relatório.

Como dissemos antes, foi viva a intervenção dos camaradas, sobre o documento do Secretariado. Aprovado por unanimidade, o Relatório será no entanto melhorado na base das intervenções havidas durante a Assembleia, que mostrou a sua capacidade de intervenção, apontando falhas e esclarecendo aspectos parciais.

O Secretariado foi entretanto eleito, tendo sido encerrados os trabalhos de mais uma Assembleia de célula. Como em muitos outros lados, os comunistas da Corame contribuíram para reforçar o seu Partido.

Na Alumina: NA FORÇA DO PARTIDO AS VITÓRIAS ALCANÇADAS

O papel dos comunistas enquanto organizadores da luta dos trabalhadores constituiu o tema fundamental do relatório de actividades da Célula do PCP da Alumina que reuniu a sua Assembleia no passado dia 16.

Empresa do Norte onde a organização do Partido existia já muito antes do 25 de Abril e fez sentir a sua força particularmente nas acções reivindicativas dos últimos anos de sobrevivência do regime fascista, a Alumina conta com trabalhadores que têm demonstrado na prática que não recuam quando se trata de manifestar a solidariedade de classe e de defender a democracia. Esta disposição dos trabalhadores comprovada antes e após o 25 de Abril é salientada no Relatório de Actividades apresentado à Assembleia. Como momentos maiores desta acção dos trabalhadores da Alumina, aparecem-nos antes do 25 de Abril a luta pelo pagamento do subsídio de Natal em 1972, a criação da primeira Comissão de Trabalhadores em Fevereiro de 1973, a colaboração com o Sindicato ao qual os trabalhadores apresentaram a denúncia das irregularidades cometidas pelo patronato (o que lhes valeu serem sujeitos a processos violentos de intimidação por parte do INTP em 1973), a importante greve de braços caídos em Novembro de 1973 pelo pagamento do subsídio de Natal, pelo reconhecimento do 1.º de Maio como feriado, pelo pagamento do prémio de assiduidade e contra os despedimentos sem justa causa (greve que durou 36 horas e terminou com uma vitória total),

a luta de Fevereiro de 1974 pelo aumento salarial de 2000\$00, que terminou concedendo o patronato um aumento de 1000\$00.

Após o 25 de Abril, os trabalhadores da Alumina nunca deixaram por mãos alheias as suas responsabilidades relativamente à defesa do processo revolucionário. Estiveram nas barragens nas ruas a 28 de Setembro de 1974 e a 11 de Março de 1975. No interior da empresa, exigiram a readmissão de camaradas de trabalho despedidos antes do 25 de Abril, lutaram pelo pagamento do subsídio de férias e decidiram que os descontos para os Sindicatos fossem feitos como até Novembro de 1976, impediram de forma organizada a aplicação do DL 530/76, derrotaram a tentativa do patronato em fugir ao pagamento do 13.º mês e em lhes pagar apenas 26 horas, ou seja, praticamente 50% do salário.

Nesta luta, sublinha o relatório, «é impossível negar-se a vigilância e organização dos Comunistas», acrescentando que esta «mesmo a partir de hoje tem de ser mais activa».

Após a discussão e aprovação do Relatório das Actividades, a Assembleia da Célula da Alumina discutiu os seguintes temas: Controlo Operário, Sindicalismo, Organização, Informação e Propaganda, seguindo-se a aprovação das conclusões, a eleição do Secretariado e a intervenção da delegação da DORN presente aos trabalhos. Depois do almoço houve uma tarde de convívio e um beberete, que decorreram em ambiente de fraternidade e camaradagem.

Na Sorefame PARA ALARGAMENTO DO PARTIDO MUITO HÁ AINDA A FAZER

Diversos problemas de organização e outros foram debatidos vivamente no decorrer da Assembleia da célula do PCP da Sorefame, que no sábado passado se realizou nas instalações do edifício social daquela empresa, pelas 10 horas da manhã.

Presentes, cerca de 120 delegados eleitos e que representam aproximadamente um terço dos militantes da célula. Convidados a assistirem aos trabalhos outros tantos militantes comunistas. Da ordem de trabalhos proposta constavam três pontos; assim distribuídos: apresentação e discussão do balanço da actividade da célula; eleição do novo secretariado da célula e, por último, intervenção do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, que assistiu aos trabalhos e encorrou a Assembleia.

Importante empresa da cintura industrial de Lisboa, há muito já que a Sorefame constituía uma das frentes na luta contra a repressão fascista. Isso mesmo foi recordado no balanço apresentado onde se fez o historial do processo desencadeado após a Revolução, não eximindo as responsabilidades e os erros cometidos e apontando a dada altura como tarefa para o novo secretariado a ser eleito "o praticar o contacto permanente com todos os militantes, por forma a trazer toda a célula bem informada das orientações do Partido e, assim, se fazer face às situações que constantemente surgem".

Realçando que "para o alargamento do Partido dentro da Sorefame muito há ainda a fazer", a informação lida no início salienta alguns pontos essenciais, começando pela composição do novo secretariado a ser eleito e que deveria obedecer à chamada regra de ouro, isto é, ser composto por uma maioria de operários.

Assim sucedeu e o novo secretariado eleito, por maioria, com uma única abstenção, é composto por nove operários e três elementos de serviços e técnicos.

Mas muitos outros assuntos foram focados no decorrer da Assembleia de Célula. Entre eles o trabalho sindical mereceu uma demorada análise, salientando-se a dada altura que "ainda hoje a CITS se debate por dar solução a situações cozinhadas por certos senhores - situações estas que ocupam um tempo precioso

— devido aos maus frutos herdados por uma Comissão dominada por pessoas que se denominavam revolucionários, mas que no fundo e intencionalmente não pretendiam senão a desorganização e o caos numa empresa com tradições revolucionárias".

O controlo operário, como "papel preponderante no processo revolucionário, não só para combater a sabotagem económica, mas também para dar uma maior consciência aos trabalhadores das realidades das empresas e ao mesmo tempo da economia nacional", foi outro dos temas discutidos, salientando-se neste campo que "só ultimamente alguma coisa se fez mas muito há ainda a fazer".

No respeitante à Informação e Propaganda vários foram os assuntos tratados, nomeadamente a divulgação do "Avante!" e do "Militante", a venda de autocollantes, a edição de comunicados e do boletim da Célula, os jornais de parede, colagens, e ainda a Festa do "Avante!".

No que se refere ao apoio prestado à Reforma Agrária algumas iniciativas foram enumeradas. Entre elas a criação de um grupo de apoio

à contabilidade das Unidades Colectivas de Produção, uma jornada de trabalho para reparação de um lagar no Cabeção, o que foi feito com a colaboração e a deslocação de 30 trabalhadores da Sorefame que executaram mais de 800 horas de trabalho aos fins de semana. Criou-se um outro grupo de trabalho para apoio à construção de pequenas barragens, das quais já se executaram quatro. Mas neste campo outras iniciativas se seguiram, algumas nem sempre conseguidas, o que não impediu que as críticas não tenham surgido bem como as sugestões concretas para que no futuro se possam concretizar.

Num período dedicado ao debate várias foram as intervenções que se verificaram, que a democracia interna é uma das realidades do nosso Partido. Surgiram críticas, sugestões, acrescentos e mesmo assuntos que no decorrer dos trabalhos pouco tinham sido focados.

Foi o caso dos fundos para o Partido, abordado pelo camarada João Oliveira, que recordou a necessidade da regularização das quotizações por parte dos militantes, sem estarem à espera que as venham cobrar pois, como salientou, as receitas do Partido

provêm unicamente das contribuições dos trabalhadores e justificam-se para as inúmeras tarefas que na luta se impõem. Assinalou ainda a grande vitória política da Campanha dos 50 000 contos, cujo termo já se descortina.

Por seu turno o camarada Garcia não deixou de se referir a alguns problemas de organização, salientando a importância da preparação política de todos os militantes que são ganhos para a célula e do seu acompanhamento pois, como afirmou, se assim não suceder "é como uma árvore que se planta e que, se não é regada, seca".

Ao abordar a falta de quadros intermédios frisou a necessidade de um mais vasto trabalho neste sector, não só a nível da célula do PCP da Sorefame mas igualmente a nível nacional. As suas preocupações reflectiram-se ainda na informação e na preparação dos militantes para poderem responder às provocações de que são alvo, com dados concretos e que lhes devem ser fornecidos, pois muitas vezes, como disse, uma curta resposta mas que contenha toda a verdade é mais eficaz do que uma longa discussão.

No decorrer da Assembleia de Célula do PCP da Sorefame foram ainda aprovadas diversas moções.



Nota da Comissão Política sobre os incidentes de Salvaterra

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP tomou conhecimento da declaração política hoje divulgada pelo Secretariado Nacional do Partido Socialista, a qual foi objecto de atento exame, tendo em conta as suas eventuais repercussões sobre as relações entre o PCP e o PS e sobre a situação política nacional.

O PCP considera que os incidentes ocorridos em Salvaterra de Magos não justificam o empolamento artificial que a direcção do PS está a promover, nem autorizam as conclusões políticas que está a pretender impor à opinião pública.

O PCP considera que as posições tomadas pela direcção do PS estão a tomar a forma de uma enorme campanha cuidadosamente organizada com a qual se pretende envenenar o clima político do País.

O PCP chama a atenção para a gravidade de tais atitudes e objectivos na presente conjuntura da vida política nacional.

2. O PCP realinha a necessidade absoluta de, em todo o território nacional, ser assegurado o pleno exercício e respeito das liberdades democráticas conquistadas pelo povo português e consagradas na Constituição.

O PCP sempre condenou, condena e condenará firmemente quaisquer acções de boicote ao exercício do direito de reunião, qualquer que sejam os seus autores e quaisquer que sejam as circunstâncias e motivações em que se produzam.

O PCP lamenta e reprova os incidentes verificados em Salvaterra de Magos e a intervenção incorrecta de membros do PCP que perturbaram a realização dum comício do PS.

O PCP sublinha ao mesmo tempo que a versão dada pela direcção do PS aos acontecimentos contém numerosas incorrecções e um artificial empolamento, como foi, entre outras, a falsa afirmação de presença no comício do camarada Raimundo Cabral, membro do CC do PCP.

O PCP sublinha que, na conjuntura actual se toma mais que nunca necessário dar o exemplo do respeito pelas liberdades.

O PCP sublinha a necessidade de prosseguir firmemente a política do Partido e a linha geral de comportamento dos militantes comunistas que, como é do conhecimento público, têm dado provas, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, de grande civismo e serenidade, de completo respeito das liberdades e acatamento da legalidade democrática.

O PCP confia em que a opinião pública, tendo presente os antecedentes de métodos de manipulação, saberá reduzir os incidentes de Salvaterra às suas devidas proporções e estará assim em melhores condições para julgar quais os objectivos que se escondem por detrás desta nova campanha.

3. O PCP não reconhece a nenhuma outra força política autoridade moral para exigir dos comunistas garantias quanto ao seu respeito das liberdades democráticas e da Constituição da República. Essas garantias deu-as o PCP perante o povo português em 48 anos de luta contra a ditadura fascista, deu-as o PCP participando sem hesitações nas primeiras linhas da defesa da liberdade sempre que ela esteve ameaçada depois do 25 de Abril e dá-as também hoje ao insistir no cumprimento da Constituição por todos os portugueses sem excepção e ao exigir o desmantelamento das redes terroristas, o severo castigo dos bombaristas, o fim da impunidade que as forças reaccionárias encontram para conspirar contra o regime democrático.

Se se pretende discutir o problema de violações e ofensas às liberdades registadas já depois de 25 de Abril, é necessário recordar que nenhuma outra força política como o PCP e os seus militantes, foram vítimas de tantas agressões, assassinatos, assaltos e sedes, incêndios, provocações, boicotes de comícios e sessões de esclarecimento, destruições de bens, perseguições e expulsões de zonas dominadas pela reacção, como nos Açores e muitos concelhos do Continente.

4. No decurso da Revolução portuguesa não é esta a primeira vez que se procura alimentar a campanha anticomunista com base em distorções, exageros propalados e falsidades insistentemente divulgados. Com

efeito, bastará recordar o caso «República», à volta do qual, apesar de ser público e notório que o PCP lhe era completamente estranho - como mais tarde dirigentes do próprio PS vieram a reconhecer-se desenvolveu uma violenta campanha, em Portugal e no estrangeiro, para responsabilizar o PCP. Bastará recordar também, para não multiplicar os exemplos, a campanha de calúnias contra o camarada Vítor Louro, então Secretário de Estado, que veio a ser desmentida pelo inquérito oficial conduzido pelo Procurador-Geral da República.

5. O PCP observa que esta operação anticomunista agora lançada pela direcção do PS convergente com a campanha que desenvolvem as forças reaccionárias, coincide também com novos passos para alianças ainda mais acentuadas com os partidos da direita e com esforços para captar as boas graças de círculos imperialistas.

O PCP faz notar que, com esta actuação, a direcção do PS revela também o propósito de travar a crescente, natural e inevitável aproximação de militantes comunistas e socialistas que em numerosos sectores se está a verificar perante a gravidade dos problemas do interesse de todos.

Uma tal política, sectária e intolerante, visando agravar conflitos e divisões no campo democrático, nem dá resposta aos problemas cruciais do povo e do País, nem fortalece a democracia portuguesa, antes a enfraquece perante os seus inimigos. Com uma tal política apenas ganha a direita e a reacção. Com uma tal política perde a democracia, perde o povo português, perde o próprio PS sacrificando a sua imagem de partido democrático.

Os perigos para a liberdade e a democracia não vem da esquerda e do PCP. Vem da direita e da reacção, do terrorismo da bomba e da imprensa fascista, das organizações clandestinas que quase à luz do dia insultam o 25 de Abril e já caluniam conjuntamente comunistas e socialistas. Esta é a convocação dos trabalhadores e das massas populares. É tempo de o PS voltar às suas origens, às suas forças e ao seu Governo, não contra os que defendem a democracia, mas contra os inimigos da democracia.

6. O PCP é um partido democrático integrado na ordem constitucional do País, plenamente identificado com o regime democrático, a cuja construção deu um importante contributo. Ameaças de medidas contra o PCP são incompatíveis com as normas da vida democrática consagradas na Constituição, com a legalidade democrática.

No momento presente, o PCP prepara a sua próxima Conferência Nacional, que tem em vista concretizar, - com os trabalhadores, com a sua experiência, capacidade e opinião, e com base num debate aberto e construtivo - um caminho nacional e apontar medidas práticas para a recuperação económica, para sair das dificuldades actuais, para dar resposta aos graves problemas que afectam os trabalhadores e todo o povo português.

Perante o agravamento da crise económica, a alta desenfreada do custo de vida, os despedimentos, a recuperação capitalista, agrária e imperialista, as ameaças da reacção contra a democracia, os portugueses julgarão se a política que melhor serve os interesses populares e nacionais é uma política voltada para os conflitos e a divisão entre forças democráticas, voltada para a divisão dos trabalhadores, ou se é uma política voltada para o trabalho construtivo, para o diálogo e o entendimento entre as forças democráticas, para a realização rápida de um grande esforço patriótico tendo como finalidade enfrentar a grave situação do País.

O PCP realinha, uma vez mais, que não se desviará da sua firme e constante política de unidade. Nesse sentido, não se deixará arrastar para confrontos que apenas beneficiariam a direita e representariam objectivamente uma manobra de diversão perante os verdadeiros problemas nacionais, adiando e comprometendo a sua resolução.

Checoslováquia-77

«SOCIALISMO DE ROSTO HUMANO» O QUE É?

“Socialismo de rosto humano” é uma expressão que já nos habituámos a ouvir aos representantes de certos partidos políticos, desde o PS à direita mais reaccionária. Até à data nunca se especificou o que se entende por “rosto humano”, mas toda a gente compreendeu já que a referida frase serve sobretudo (se não exclusivamente) para atacar os países socialistas.

Como quem tanto reclama o socialismo “de rosto humano” é quem ao mesmo tempo aplaude entusiasticamente o regresso dos patrões às empresas que sabotaram e abandonaram; a entrega de terras aos latifundiários absentistas e exploradores; quem fomenta a desunião dos trabalhadores; quem não tem escrúpulos em vender o País ao capitalismo monopolista internacional — não podemos deixar de ficar um pouco perplexos e intrigados quanto ao que essas pessoas entenderão por “rosto humano”.

Na Checoslováquia, país socialista, procurámos saber que rosto tinha o socialismo. E o que vimos não nos deixou qualquer dúvida — não se parece nem um pouquinho com o do capitalismo!

SER VELHO NÃO É PROBLEMA

Mas façamos um esforço e tentemos descobrir o que falta ao socialismo na Checoslováquia para que tenha o tal “rosto humano”. Será, por exemplo, a falta de assistência na velhice?

de frustração. Ou seja, preocupam-se em criar condições para que os velhos possam (caso queiram) prolongar a sua actividade, possam sentir que continuam a ser úteis à sociedade.

O limite de idade necessário para se atingir a reforma é de 60 anos para os homens e para as mulheres varia entre os 53

problemas laborais com o seu saber de experiência feito.

Mas a assistência social vai mais longe. Como muitas vezes acontece que as pessoas idosas ficam impossibilitadas de se movimentarem e de cuidarem dos trabalhos caseiros, existem brigadas que diariamente as visitam e que resolvem esses pequenos grandes problemas. Desde oir às compras ao preparar da alimentação, passando pelo arranjo da casa e pelos cuidados médicos, tudo é resolvido sem que o reformado tenha que se preocupar.

O princípio fundamental observado na Checoslováquia, uma República Socialista, é deixar que os velhos continuem no meio ambiente a que estão habituados e a que



A segurança e o bem-estar na velhice é uma das primeiras tarefas da sociedade socialista. Na gravura, um grupo de pensionistas convivem na sala do clube do Centro para pessoas idosas, em Olomouc, no noroeste da Morávia

exerce geralmente uma influência desfavorável e tanto mais nefasta quanto mais velho se é.

Contudo, a sociedade socialista não se pode permitir que um ser humano viva em perigo de vida ou sem um mínimo de condições de higiene e de comodidades. E tanto assim é que, quando alguma pessoa idosa vive numa casa velha, a pedir demolição, os Serviços Sociais encarrregam-se de a mudar para um apartamento novo, à medida das suas necessidades, instalado num prédio onde funcionam serviços de

das necessidades nacionais.

Mas a aplicação do plano não é de forma alguma estática e é falso dizer-se que limita a iniciativa dos trabalhadores. Muito pelo contrário. Estipulando apenas valores globais, o plano deixa à iniciativa de cada sector a especialização e aperfeiçoamento considerados necessários para atingir e mesmo ultrapassar o que foi fixado. É é tanto assim que existe um sistema de prémios para os trabalhadores que se destacam pela iniciativa, pela sua qualificação, etc. O próprio sistema de salários serve de incremento para essa iniciativa, pois existe constantemente uma correlação entre o total de salários e o total da produção, pelo que aumentar a produção significa aumentar os salários. É claro que se a produção diminui os salários se ressentem.

Contudo, e dado que diversos factores podem conduzir a uma redução da produção (condições climáticas, situação internacional, etc.), há um sistema de seguros para cobrir as diferenças das reduções de salários em caso de catástrofes. As cooperativas agrícolas, por exemplo, têm obrigação de criar reservas para obstar às eventualidades a que estão sujeitas, nomeadamente no caso de grandes secas. Mas se esses fundos não chegarem para cobrir os défices o que acontece?

Um socialista nunca está só, como disse Jaroslav Boudny, do Ministério da Agricultura. No caso da enorme seca que no ano passado atingiu a Checoslováquia e que provocou graves problemas às cooperativas agrícolas, estas puderam contar com o apoio do Estado, nomeadamente através do fornecimento de adubos, produtos químicos, sementes. E os camponeses mal sentiram os terríveis efeitos da seca. Que teria sucedido se houvesse propriedade privada? Quantas centenas de milhares de trabalhadores não teriam ficado sem pão?

Sabemos como vivem os trabalhadores rurais do Alentejo e mesmo os pequenos e médios agricultores no resto do País. Que ajudas recebem do Estado? Será que o Governo faz alguma coisa pelos milhares de famílias que passam fome? Afinal onde está o rosto humano do socialismo?

Na República Socialista da Checoslováquia os jovens que ainda não trabalham, os trabalhadores reformados têm todas as garantias, todas as condições para que possam viver uma vida digna e desafogada, sem instabilidades no presente nem no futuro, o que representa uma das formas mais elevadas de humanismo.

Como afirmou ironicamente Jaroslav, o capitalismo, que existe no mundo há mais de duzentos anos, nunca o fez nem é capaz de o fazer.

ELEVAR O NÍVEL DE VIDA COM SEGURANÇA

A preocupação do Estado em elevar o nível de vida dos cidadãos constantemente é o objectivo principal da economia planificada. Sobretudo sem os expor a riscos de um retrocesso que certas experiências com resultados negativos por vezes impõem. Isso está patente, por exemplo, na forma de organização da agricultura.

Dos sete milhões de hectares de terra arável existentes na Checoslováquia,

cinco milhões estão completamente aptos para lavar e semear. As grandes produções predominam em absoluto, restando apenas 0,5% de terra entregue a pequeníssimos proprietários privados. Este sistema de propriedade privada verifica-se apenas numa zona limitada sem qualquer viabilidade para um desenvolvimento da industrialização da agricultura, explorada a nível familiar e sem significado para a economia nacional; com o desaparecimento das famílias que ainda ocupam essas terras, estas passarão a regime florestal.

A organização da agricultura divide-se em dois sectores: as cooperativas agrícolas unidas e as granjas estatais.

Quisemos saber a razão desta divisão, e de novo encontramos o rosto mais que humano do socialismo. Nas granjas estatais, que ocupam uma quarta parte da terra, realizam-se experiências para aplicações futuras. Assim se evita que as cooperativas agrícolas sofram as re-conversões e eventuais prejuízos que as experiências possam provocar.

Os trabalhadores agrícolas, aliás, disfrutam de condições de vida com um nível ainda mais elevado que o dos operários industriais. E a razão é simples. Se por um lado o plano quinquenal aponta para que o número desses trabalhadores seja reduzido de um milhão para quinhentos mil, por outro lado há que obstar à natural atracção que sempre exercem as zonas industriais. Assim, aos quinhentos mil trabalhadores rurais que em breve ficarão responsáveis pelo sector da agricultura há que dar todas as condições existentes nos grandes centros e mesmo algumas compensações.

A Cooperativa Agrícola Ohre Bohusovice, que visitámos, é um exemplo de como funcionam as coisas neste sector. Com 530 cooperantes, a cooperativa paga a cada um, em média, anualmente, 33 mil coroas (a coroa vale aproximadamente quatro escudos). Cada família cooperante tem direito a trinta ares de terreno para uso próprio, aves de criação e outros animais. Há que incluir ainda, para além de todos os direitos e regalias de assistência médica e social, o direito a férias pagas (os trabalhadores mais destacados têm três semanas de férias no estrangeiro, integralmente pagas); subsídio de doença, reforma, etc.

Um outro aspecto que ajuda a tornar mais aliciante a vida do campo é a facilidade com que se arranja casa, ao contrário do que sucede nas cidades e grandes centros, onde o problema da falta de habitação existe, malgrado a rapidez com que se vêm construindo casas. Com efeito, a cooperativa oferece a todos os cooperantes casa com rendas muito baixas, incluindo nessa renda os gastos de água, gás, electricidade e aquecimento.

Contudo, se os trabalhadores preferirem ter casa própria, a cooperativa concede-lhes um empréstimo reembolsável de 25 000 coroas e o Estado dá-lhes (dado, grátis) 22 000 coroas. Isto no caso de se tratar apenas de um trabalhador na família. Se for um casal e trabalharem ambos, recebem para a compra da casa, oferecido pelo Estado, repetimos, 44 000 coroas. Quando a casa estiver construída o Estado dá-lhes ainda mais 8000 coroas para ajudas de custo dos materiais de construção.

Vimos muitas destas casas na vila que fica próximo da cooperativa. Visitámos algumas. De uma delas,

vivenda de rés-do-chão, primeiro andar, cave e jardim, guardamos a lembrança do quarto de uma jovem estudante que gosta de piano. E o piano lá estava no quarto, ao lado dos livros de estudo e das bonecas com que ainda gosta de brincar. E porque não? Se calhar ainda vamos ter uma pianista na família, diz-nos o pai todo orgulhoso.

Quantos de nós poderão oferecer um piano (ou muitas outras coisas) a um filho que goste de música? Se muitas vezes nem há que chegue para lhes darmos uma alimentação decente...

Socialismo de rosto humano... Sim, encontramos na Checoslováquia uma profunda humanidade nas pequenas e grandes coisas que fazem (ou deveriam fazer) parte integrante da vida de cada ser humano. Em qualquer lugar do mundo.

MAS TAMBÉM HÁ PROBLEMAS

Seria errado que se ficasse a pensar, pelo pouco que temos dito do muito que vimos, que na Checoslováquia não existem problemas. Não é essa a nossa intenção ao falarmos das grandes conquistas alcançadas pelo socialismo neste país, nem tão pouco a das pessoas com quem falámos.

Uma coisa, contudo, são os ridículos ataques dos “dissidentes” orquestrados pelo capitalismo internacional, e outra totalmente diferente são os erros, as dificuldades, os problemas reais que há que resolver. E que ninguém esconde.

A falta de casas, por exemplo, é um dos problemas mais agudos com que se debate a Checoslováquia. No

o de clubes para reformados é também ainda insuficiente. Se o problema das creches é em parte colmatado pelo para atacar o socialismo.

Trinta anos de socialismo é muito pouco, quase nada, na facto de as mães poderem permanecer em casa durante seis meses, recebendo durante esse período 90% do seu salário e estarem um ano sem perderem o direito ao seu posto de trabalho (se tiverem mais filhos com menos de seis anos esse período é maior), o problema não deixa por isso de ser grave. Até porque o afastamento da mulher do seu trabalho dá muitas vezes origem à necessidade de uma reciclagem, não só devido à perda de prática como também ao aumento e aperfeiçoamento constantes da industrialização, de que a mulher fica desfasada.

O problema da falta de mão-de-obra também não é dos mais pequenos. Apesar de estarem criadas quase todas as condições para que os casais possam aumentar sem preocupações o seu número de filhos e a mortalidade infantil ser praticamente insignificante, a verdade é que o aumento da população ainda não acompanha as necessidades de desenvolvimento da sociedade. Isto obriga, necessariamente, a um constante aumento da técnica e a uma cada vez maior automação, o que obviamente também não se consegue de um momento para o outro.

Por outro lado, continuam a verificar-se na sociedade socialista da Checoslováquia problemas de excessiva burocracia em certos sectores administrativos (serviços), algum carrearismo e mesmo por vezes um certo oportunismo. Nada disto nos foi escondido.

São resíduos de um passado ainda recente, problemas intimamente ligados com a educação do ser humano para uma vida em socialismo, para a vida numa sociedade em que o interesse de cada um não se pode nunca sobrepor ao interesse da comunidade. E pessoas egoístas, mesquinhas, invejosas, que gostam de dar nas vistas, existem em todo o lado. A questão é se essas pessoas têm ou não o direito de prejudicar a sociedade em proveito próprio. Na Checoslováquia pensa-se que não.

E quando se erra, há que saber reconhecer os erros e corrigi-los. E quando é necessário criticar e autocriticar-se há também que fazê-lo. Agora o que não se pode admitir, e na Checoslováquia não se admite, é que meia dúzia de intelectuais pretendam arvorar-se em porta-vozes do imperialismo e actuar em plena liberdade

Da nossa enviada especial ANABELA FINO

Como se sabe, os velhos (e o termo não é de forma alguma desprestigiante, pois ser velho é tão natural como ser jovem) constituem um problema para todos os países capitalistas. São aquelas pessoas que já não podem produzir riqueza mas porque estão vivas ainda consomem, ainda têm necessidades, mais ainda do que teriam antes, dado que as doenças se tornam mais frequentes com o correr dos anos. Nos países capitalistas, os problemas da velhice é um dossier recheado de misérias.

E quando falo em velhos refiro-me aos reformados e aos que não têm reforma, aos inválidos, às viúvas, a todos os que por qualquer motivo já não representam força de trabalho com interesse para o capitalismo: a todos os que depois de uma vida de trabalho se vêem postos de parte, marginalizados, forçados a viver de esmolas e a morrer aos poucos.

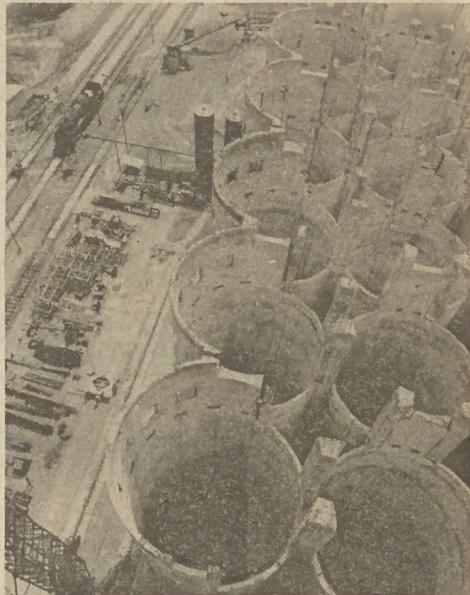
Na Checoslováquia não é assim. O nível de segurança material garantido aos velhos é muito elevado, graças ao montante das pensões e ao número de pessoas a que são atribuídas. No campo da saúde, é-lhes assegurada gratuitamente toda e qualquer assistência médica de que necessitem, incluindo a hospitalização e medicamentos, aparelhos curativos, etc.

Por outro lado, os serviços sociais na Checoslováquia preocupam-se em ajudar os velhos a vencer os problemas de ordem psicológica que frequentemente enfrentam os que deixam a vida activa, nomeadamente a solidão, o sentimento de inutilidade ou

e 57 anos, conforme o número de filhos que tiveram. Contudo, a lei assegura o direito de se continuar a trabalhar mesmo após essa idade, caso se deseje, não podendo a empresa negar-se a ter o trabalhador ao seu serviço. Para além disso, as empresas devem assegurar as condições necessárias para que os trabalhadores idosos possam continuar no activo sem prejuízo para a saúde.

De salientar que por cada ano de trabalho para além do limite de idade a pensão de reforma eleva-se substancialmente. Assim, não só se criam as condições para que as pessoas possam permanecer o mais tempo possível em actividade como também se lhes dão estímulos nesse sentido.

A existência de clubes de reformados onde se desenvolvem as mais diversas actividades recreativas e culturais, constitui outro dos aspectos da assistência aos mais velhos. Também neste campo é preocupação dominante evitar que o clube se torne num asilo quotidiano provisório. Por isso, para além das actividades culturais, procura-se constantemente dar aos sócios dos clubes oportunidade de se divertirem, de receberem os seus amigos, de se organizarem por círculos de interesses comuns. Por isso também muitos dos clubes de reformados fazem parte dos clubes de empresa para os trabalhadores activos, possibilitando assim aos reformados que continuem em estreito contacto com o local onde trabalharam, com os amigos que criaram, ajudando inclusivamente a resolver



O progresso é uma constante em todos os ramos de actividade

estão ligados por laços de amizade ou por questões sentimentais. Porque é mais fácil manter uma pessoa idosa em boas condições físicas e psíquicas no meio em que está habituada a viver. Qualquer intervenção nos seus hábitos, observaram-nos,

assistência que vão desde a alimentação ao médico, passando por salas de convívio por quem quiser conviver. Não se trata de um asilo, note-se. São apartamentos perfeitamente independentes onde cada inquilino faz o que muito bem entender. Só que se precisar de auxílio não tem mais que chamar para o rés-do-chão.

É evidente que as rendas destes apartamentos novos são sempre mais elevadas que as das casas velhas em que essas pessoas viviam. Mas a renda que elas pagam é exactamente a mesma. O Estado paga a diferença.

Sabemos bem como vivem os trabalhadores reformados em Portugal, na sua esmagadora maioria. Ouvimos falar de “socialismo de rosto humano” e atacar a Checoslováquia. Não fazemos comentários. Apresentamos factos para comparação.

UM SOCIALISTA NUNCA ESTÁ SÓ

Na sociedade socialista da Checoslováquia, como em muitos outros países socialistas, o trabalho é incentivado com estímulos de ordem vária, incluindo os estímulos materiais. Assim, para além do salário-base normal, os trabalhadores recebem uma determinada percentagem extra tanto mais elevada quanto mais elevados forem os resultados alcançados para além do estabelecido no plano que têm de cumprir.

Como se sabe, nas sociedades socialistas a economia nacional é planificada, existindo um plano estatal que abrange todos os ramos produtivos e todas as actividades da vida social. A propriedade comum exige uma coordenação comum, dizem-nos com simplicidade. E depois, há que planificar para que todos os sectores se desenvolvam harmoniosamente em função



Num self-service, em Praga



O nível de vida dos trabalhadores checoslovacos permite-lhes o acesso aos artigos de boa qualidade



LÉNINE: UMA VIDA AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

A 22 de Abril de 1870 nasceu, na pequena aldeia russa de Simbirsk, o homem que seria o mais destacado dirigente da classe operária internacional, que contribuiu de forma decisiva para dar corpo ao grande ideal da humanidade, a construção do socialismo: Vladimir Iúliánov, Lénine.

Em 1887, então estudante na Universidade de Kasan, Vladimir Iúliánov, com 17 anos de idade, foi preso pela primeira vez, expulso da Universidade, e posteriormente deportado por ter participado num comício. Em 88, volta do exílio e entra num círculo marxista de Kasan. Em 1893, Lénine é um militante activo e torna-se depois dirigente e organizador reconhecido dos círculos marxistas de Petersburgo. Como Lénine afirmou mais tarde, data de 1893 o início da sua militância partidária.

Tinha-se iniciado a vida revolucionária de Lénine. Desde então, a vida de Lénine confundiu-se com a vida do movimento revolucionário na Rússia, e por todo o mundo: trabalho de difusão das ideias do marxismo-leninismo na Rússia, o imenso número de obras sobre questões

económicas, sociopolíticas e históricas, a criação do partido marxista revolucionário, a primeira revolução russa de 1905, e após o seu fracasso os duros anos de trabalho clandestino, a revolução burguesa e o derubamento do czarismo em Fevereiro de 1917 e, finalmente, a vitória da Revolução socialista na Rússia, em Outubro de 1917.

No centro de todos estes acontecimentos está Lénine, dirigente de todas as organizações marxistas, não só da Rússia, mas mesmo a nível internacional.

Uma das mais importantes contribuições de Lénine para o movimento revolucionário internacional foi a criação do partido revolucionário do novo tipo, indispensável para a luta consequente do proletariado contra a ordem capitalista. Criação que envolveu a elaboração e fundamentação científica dos seus princípios, a sua construção prática. Sem o pensamento e o espírito organizador de Lénine, a criação do partido de novo tipo — o partido comunista — ter-se-ia atrasado, em todo o mundo, de vários anos.

O partido leninista, assim organizado, lançou-se na

grande tarefa de aniquilação do mundo da exploração, da injustiça, da violência, da guerra e encabeçou a classe operária e o campesinato na destruição deste mundo numa sexta parte do planeta.

Depois de terem tomado o poder num país imenso, com uma economia destruída pelas guerras e a intervenção estrangeira, os comunistas, a cabeça do povo, começaram a construção de um mundo novo. E construíram-no, num meio hostil, sob o cerco do capitalismo. Foram os primeiros a desbravar os novos caminhos do homem, não podendo contar senão com as suas próprias forças, com a sua certeza na vitória, com o apoio e a imensa energia das massas, com a solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo. Pelo seu intenso trabalho quotidiano, sistemático, extenuante, estes homens deram a vida pela liberdade e a democracia, tal como os comunistas sempre a entenderam: para que os povos possam decidir do seu destino.

Na longa lista de nomes que são parte integrante da Revolução de Outubro, o primeiro, o mais descaído, é o de Lénine, 1870-1924.

BERLIM-OESTE: MONTRA FALSA DO CHAMADO «MUNDO LIVRE»

Nos dias 15, 16 e 17 de Abril, realizou-se em Berlim o V Congresso do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, em que o nosso Partido esteve representado pelo camarada Aurélio Santos, membro do CC. Das declarações prestadas ao «Avante!» por Aurélio Santos, destaca-se o carácter extremamente agudo da crise numa cidade que já foi apresentada como vitrine do «mundo livre», o importante e difícil trabalho dos comunistas, a adesão da juventude aos ideais do comunismo, numa terra onde a democracia não passa de letra morta, um adorno da Constituição sistematicamente desrespeitada.

— No Congresso foram analisados os múltiplos problemas de Berlim-Oeste. Podes-nos dar uma breve imagem do conjunto desses problemas?

— O Congresso do PSU realizou-se num momento importante para a população da cidade, um momento muito difícil: agudiza-se a crise económica resultante da crise geral do capitalismo, por sua vez agravada pelas condições artificiais em que a cidade vive e que resultam da divisão imposta pelas potências ocidentais, nomeadamente a RFA. Alguns aspectos da vida da cidade, impressionam, Berlim-

Entrevista com Aurélio Santos, membro do CC, que representou o nosso Partido no V Congresso do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste

Oeste está condenada ao envelhecimento e ao de facto. Num prazo de um ano, o número de empregos baixou 25 por cento, e 10 000 jovens tiveram que sair da sua terra. Os despedimentos massivos são uma norma. As grandes empresas, as multinacionais (como a AEG, por exemplo), reduzem para um terço e metade o número de trabalhadores, forçando, simultaneamente, brutais aumentos dos ritmos de trabalho. Esta uma das formas utilizadas para manter ou alargar superlucros, lançando todo o peso da crise sobre as costas dos trabalhadores.

A discriminação da mulher assume proporções escandalosas. Em média, o salário é 30 por cento inferior ao do homem e, entre as empregadas, esta diferença sobe para 39 por cento. A inflação é uma constante da vida de Berlim-Oeste: os transportes, os serviços públicos, a renda das casas, estão em constante aumento. Só os salários não sobem.

Numa cidade de que a juventude foge por falta de trabalho, numa cidade vazia de vida cultural, 30



O internacionalismo militante dos comunistas de Berlim-Oeste: manifestação de solidariedade com o povo chileno

forma particularmente grave de repressão.

— Podias falar-nos um pouco do PSU?

— O PSU, que trabalha em condições muito difíceis, tem grande influência e um papel importante na consciencialização da população trabalhadora. Algumas características fazem do PSU um partido de grande influência internacional: o alto grau de militância dos seus membros, a elevada preparação ideológica e sensibilidade política, o grande espírito internacionalista.

Tudo isto se reflecte na adesão das novas gerações ao ideal do socialismo e do comunismo. Havia uma grande percentagem de jovens entre os congressistas, e vieram de delegados jovens algumas das intervenções mais valiosas.

O PSU associa a grande experiência de militantes que suportaram o fascismo, que andaram na clandestinidade, na guerra, nos campos de concentração e nas prisões nazis, com o dinamismo da juventude.

Impressão, também, a grande percentagem de mulheres: 40 por cento dos membros do partido. Uma percentagem invejável.

São preocupações centrais do PSU, o trabalho de massas, a ampla abertura aos seus problemas, o trabalho junto da juventude e, no plano internacional, a unidade do movimento comunista, uma política de paz e cooperação na Europa e no mundo.

SOLIDARIEDADE DO PCP COM OS DEMOCRATAS E PATRIOTAS LIBANESES

Assinado pelo camarada Sérgio Vilariques, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, o nosso Partido enviou ao Partido Socialista Progressista do Líbano o seguinte telegrama:

Impossibilitados de participar, associamo-nos às comemorações de homenagem a Kamal Jumblatt, Condenando firmemente as manobras que o sionismo, o imperialismo e a reacção árabe levam a cabo no Líbano e no Médio Oriente, manifestamos a solidariedade dos comunistas portugueses a todas as forças democráticas e patrióticas do Líbano na sua luta pela independência e soberania nacional, pela paz e o progresso social.

Saudações fraternais.

por cento da população, ou seja, 400 000 pessoas, são reformados. É difícil encontrar sintoma mais claro de decadência de uma sociedade. E é isto o espelho do «mundo livre».

O contraste com Berlim-Leste, com a capital da RDA, é espantoso. Ai há uma intensa vida económica, cultural, social. Berlim-Oeste vai envelhecendo, em todos os aspectos, de ano para ano.

— Falaste nas condições artificiais em que a cidade vive...

— Sim, Berlim vive numa situação artificial, por força da divisão imposta pelas potências capitalistas. Uma situação que se agrava com a recusa ao estabelecimento de relações normais com a RDA (país em que está encravada). Todo o tipo de contratos são feitos em exclusivo com a RFA, o que naturalmente encarece ainda mais os produtos, nomeadamente os de primeira necessidade. Um exemplo entre muitos — as autoridades de Berlim-Oeste têm a pretensão de estabelecer centrais hidro-eléctricas, o que aumentará ainda a população. Tudo isto para evitar um lógico acordo com a RDA.

O capitalismo só faz da cidade artificial de Berlim-Oeste, uma montra falsa do «mundo livre». Isso criou-lhe grandes encargos, que agora vai descarregando sobre os ombros da população.

— A RFA é conhecida pelas violações da democracia praticadas pelo poder constituído. O que podes dizer-nos em relação a Berlim-Oeste?

— Como decorreram os trabalhos do Congresso?

— Estiveram presentes 16 delegações de todos os países da Europa socialista e Cuba, os partidos irmãos dos países capitalistas mais próximos, a França, a Itália, Portugal, E naturalmente o Partido Comunista Alemão.

Fomos dos poucos a intervir em sessões plenárias. E a reacção dos delegados foi de uma vida e entusiástica solidariedade com o nosso Partido e com a Revolução portuguesa.

O PSU fez uma análise detalhada da situação económica e social da cidade. Procurou a partir de algumas medidas concretas e realizáveis a curto e médio prazo para atenuar alguns dos problemas mais sentidos pela população da cidade, para fazer face à crise, sem agravamento das condições de vida. No que toca a relações internacionais, foi salientada a necessidade imprescindível de transformar Berlim-Oeste, de um centro de agressão e provocação, numa base sólida de reforço da cooperação e da segurança na Europa e no mundo.

Um pomeron, ocorrido no Congresso, que vos deve interessar: levámos como oferta, em nome do PCP, a reprodução, em folha de aço polida, do último nº do «Avante!» clandestino. Disseeram-nos que seria oferecida, como prémio, ao melhor repórter no concurso anual da imprensa comunista alemã.

«Manifesto à Nação» do PC Brasileiro FACE À DITADURA EM CRISE A RESPOSTA DA UNIDADE

O Comité Central do Partido Comunista Brasileiro divulgou recentemente um «Manifesto à Nação», em que é analisada a crise que o país atravessa e esboçada o único caminho possível para a sua superação: a unidade de todas as forças democráticas, contra a ditadura fascista.

Transcrevemos alguns extractos deste importante documento.

A FALÊNCIA POLÍTICA DO REGIME

Em todos os terrenos da vida nacional multiplicam-se as evidências de falência da situação global que o regime fascista impôs ao País. A orientação económico-financeira, que, através da propaganda realizada em torno do «milagre económico», tinha conseguido atrair algumas parcelas das camadas médias, mostra-se incapaz de debelar os males que atingem a economia nacional. Défices sucessivos na balança comercial e o endividamento que atingiu elevadas proporções levaram as contas externas a um estado alarmante. Os desequilíbrios observados na distribuição da renda, resultado de uma política salarial que golpeou duramente a classe operária e os sectores de baixos salários, conduziram as massas trabalhadoras a um estado de miséria crescente, em que a degradação do poder aquisitivo se evidencia de ano para ano. Ao mesmo tempo, accentuaram-se os desequilíbrios regionais e agravaram-se as disparidades entre os diversos sectores da economia, numa óptica de desenvolvimento em que a busca do lucro máximo funcionou de maneira desenfreada.

Assistiu-se a um processo sem precedentes de concentração na economia brasileira, sufocando a pequena e a média empresas, e que teve como resultado a criação de um forte sector monopolístico. Este sector, originando-se da estreita ligação entre os consórcios e corporações multinacionais — que fizeram do Brasil o seu terreno privilegiado de investimentos — de um lado, e os monopólios nacionais, de outro, controla os ramos decisivos da produção. O fluxo constante e inintermitente descoberto dos investimentos externos accentuou a desnationalização que permite o controlo estrangeiro dos sectores mais rentáveis da economia.

O quadro social reflecte, de maneira clara e inflexível, as contradições que o desenvolvimento capitalista selvagem gerou, no curso do tempo. As condições sanitárias, habitacionais e de escolaridade da imensa maioria dos brasileiros e brasileiras se deterioraram agudamente. A marginalização e a miséria das massas rurais, fruto de uma exploração sem limites do trabalho

COMO SUPERAR A CRISE?

A indefinição suscitada dos últimos meses frente a questões como a das eleições de 1978, que accentuou vivamente a tensão reinante no País, podem suceder-se acontecimentos de grande importância. É possível que o governo tente enfrentar a crise por meio de uma solução de força que implicaria, na prática, num recurso à legislação arbitrária elaborada pelo fascismo para a edição de um novo acto institucional que regule o calendário eleitoral e a sucessão presidencial.

Mas, é igualmente possível que, sentindo seu isolamento, Geisel e sua equipa tentem chegar a um acordo com sectores da oposição. O caminho da superação da crise, e para que se poupem ao povo brasileiro novos sofrimentos, não passa por nenhuma destas duas soluções. Ele passa, ao contrário, por uma política firme e unitária das forças da oposição, em torno daquilo que é comum a todas elas: a implantação de um regime democrático no Brasil. A adopção de uma solução de força só teria, como resultado, o aumento, a médio prazo, da tensão latente nas relações entre o poder e as correntes políticas, accentuando o isolamento do regime fascista. Um acordo que envolvesse sectores da oposição só faria enfiar-se a divisão, sem dar, ao mesmo tempo, a ditadura a base que ela necessita para aplicar sua política

antagonista.

Hoje, mais do que em qualquer outro momento desde 1964, a unidade dos diversos sectores oposicionistas na luta pela democracia é fundamental.

O CAMINHO DA UNIDADE

A convergência de todas essas forças constitui a base para o avanço no processo de formação de uma frente antifascista e patriótica que dará a luta contra o regime fascista novo impulso e novas dimensões. Nós, comunistas, não somos partidários de um agravamento contínuo da tensão social e política como método de resolução de crises. O caminho que propomos é outro, e se apóia na aspiração básica da imensa maioria da Nação, a democracia. O sentimento dominante em milhões de brasileiros exprime-se, actualmente, de duas maneiras: o repúdio ao actual estado de coisas e a vontade de que o Brasil ingresse numa nova fase, caracterizada pelo respeito às liberdades individuais e pelo reconhecimento do direito de organização e expressão das correntes políticas e de pensamento. E este sentimento terá que ser, necessariamente, o ponto de partida para qualquer solução com vista a um ordenamento democrático da vida nacional. O que propomos, pois, neste momento, é algo que se encontra profundamente enraizado na consciência da Nação, ou seja, a necessidade do

estabelecimento de um regime político diferente do actual. Um regime que permita às diversas forças em presença no cenário político do Brasil — inclusive o PCB — discutir e apresentar alternativas para os problemas básicos que o processo de desenvolvimento do país coloca.

A solução destes problemas não é monopólio de nenhuma força, corrente ou partido político. É só através da ampla confrontação, no plano democrático, de forças políticas livremente organizadas, exprimindo os diversos interesses e projectos existentes na sociedade brasileira, que se poderão apresentar nulos e fixar soluções que convenham ao povo. E isso só poderá ser feito na medida em que desaparecem os mecanismos autoritários, como o AI-5, que permitem ao regime manter-se no poder, e sejam asseguradas as condições para a livre organização das massas e dos partidos políticos e a livre manifestação e expressão do pensamento.

«O Manifesto à Nação» conclui: O momento exige a unidade de todas as forças oposicionistas, desde as massas trabalhadoras até às correntes organizadas de opinião e de acção política. A ampliação e a consolidação da oposição democrática só serão possíveis se a unidade já alcançada não for desfeita e se for mantida a resistência às manobras ou golpes de força que certamente virão do campo da ditadura. Este é o ponto de partida para que se possa avançar.

— SAUDAÇÃO DO PCP —

O Comité Central do PCP enviou ao Congresso a seguinte saudação:

Queridos Camaradas:

Por ocasião do V Congresso do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, o Comité Central do Partido Comunista Português enviava-vos calorosas e fraternas saudações e, por vosso intermédio, aos comunistas, à classe operária e aos trabalhadores de Berlim-Oeste.

A situação histórica, política e até geográfica da vossa cidade, fizeram dela, no passado, um importante bastião de política de guerra fria, tendo Berlim-Oeste como «cidade da frente». A evolução dos acontecimentos, sobretudo na Europa, a luta dos povos europeus por um sistema de segurança colectiva e de cooperação internacional, os sucessos alcançados pelos países da comunidade socialista na construção de uma sociedade nova, sem exploração nem opressão, tiveram porém reflexos positivos sobre a situação do território de Berlim-Oeste. A assinatura do acordo

quadrilateral sobre Berlim corresponde a um importante avanço das forças da paz, da cooperação, da amizade entre o povo, contra os que pretendiam fazer da cidade uma fronteira agressiva do imperialismo no limiar do mundo socialista.

O Partido Comunista Português tem seguido atentamente a luta do vosso Partido pela democratização das estruturas políticas e sociais de Berlim-Oeste, pela defesa dos interesses gerais dos trabalhadores, contra o capital monopolista, pela democratização do ensino e da cultura, por uma política de boas relações com a República Democrática Alemã e de paz e amizade com todos os povos do mundo. Estamos certos de que, apesar das difíceis condições em que lutais, apesar da demagogia e da virulência anticomunista das forças que se vos opõem, o vosso Partido verá coronados de êxito os seus esforços no sentido da unidade da classe operária e da realização de acções comuns pelos trabalhadores pela democracia, o progresso social e a paz.

Em Portugal, o nosso partido está empenhado na consolidação do regime democrático e na defesa das conquistas revolucionárias hoje consagradas na Constituição da República.

As forças da reacção, internas e externas, esforçam-se por provocar a desestabilização económica, social, política e militar, tendo em vista criar condições para ganhar o controlo do Estado ou levar a cabo um golpe de força e a instauração duma nova ditadura. Adoptando uma política anticomunista, os dirigentes do PS cedem manifestamente à pressão da direita. O agravamento da exploração dos trabalhadores, o aumento do custo de vida, a ofensiva contra a Reforma Agrária, são acompanhadas pelo esforço para ganhar a medida administrativa de repressivas.

Mantém-se todavia o elevado grau de organização e de combatividade dos trabalhadores, das forças progressistas e de amplas massas populares, que reclamam uma alternativa de esquerda.

Considerando que a política de recuperação capitalista, agrícola e imperialista seguida

LISBOA CENTRO DE LUTA CONTRA O «APARTHEID» O RACISMO E O COLONIALISMO

ISOLAMENTO DA DITADURA

Este conjunto de fenómenos indica que o regime se encontra numa situação extremamente vulnerável. Sua vulnerabilidade e isolamento são tanto mais visíveis na medida em que se multiplicam as tomadas de posição contra o governo, emanadas dos mais diversos sectores, correntes e instituições nacionais.

Manifestos, como o dos intelectuais; tomadas de posição, como a da Igreja Católica, da direcção do MDB e de sectores empresariais de São Paulo, são outros tantos elementos que vêm a somar-se às manifestações permanentes de resistência que partem da classe operária e das camadas populares, de modo geral.

No próximo mês de Junho, no dia 16, iniciar-se-á no nosso País a II Conferência Mundial contra o «Apartheid» que, segundo afirmações da Comissão organizadora conta já com o maior apoio jamais prestado a conferências internacionais.

A data escolhida para o início da Conferência não constitui um acaso pois coincide com uma ocasião que exemplifica os actos de repressão do regime fascista da África do Sul — salientou George Silundika, vice-presidente da Frente Patriótica do Zimbábue, ZAPU, na conferência de imprensa realizada no fecho da II Reunião Preparatória da Conferência Mundial que se realizou em Lisboa no passado dia 24. «Em 16 de Junho, houve o massacre de crianças de Soweto. Por outro lado esse será o período central do ano em que as forças imperialistas estarão tentando através de «conferências internacionais» fazer divergir a corrente de luta de

libertação para fins reaccionários». «O mundo hoje é só um e todos devemos sentir que nos situamos nesse mundo com um dever de fraternidade» — afirmou na abertura da conferência de imprensa o dr. José Magalhães Godinho, eleito presidente da Conferência Mundial, e que viera a congratular-se por esta reunião preparatória se realizar em vésperas do 25 de Abril. A data de 25 de Abril foi, aliás, amplamente homenageada no decorrer dos trabalhos. Por um lado através de uma intervenção de Magalhães Godinho, que historiou a luta do Povo português pela sua libertação, por outro através de uma mensagem de Leslie Harman, presidente do Comité Especial das Nações Unidas contra o «Apartheid», que saudava o aniversário da libertação de Portugal do fascismo. Mas a maior homenagem à luta popular que conduziu ao desfecho do 25 de Abril é a própria realização da

Conferência Mundial em Lisboa: «Lisboa foi escolhida para a realização da Conferência porque é o centro da história recente do derube do fascismo — afirmou George Silundika. Um derube resultante do impacto da luta de libertação armada nas ex-colónias portuguesas e também do impacto das forças progressistas portuguesas, que operam neste país com o fim de derrubar o fascismo e, como acontece agora de denunciá-lo. Lisboa, neste momento, é um centro progressista».

A projecção da Conferência Mundial é já muito vasta. A comprová-lo as muitas saudações recebidas nesta II RIP, vindas quer de elementos destacados da ONU, quer de diversos partidos políticos democráticos, movimento sindical, de várias comissões anti-«apartheid» ou de solidariedade para com os povos de África, e de intelectuais e diversas

personalidades. Referindo este extraordinário apoio, Vasos Lyssardes, Secretário do Partido Socialista de Chipre, eleito secretário-geral da Conferência Mundial, sublinhou que ele surge «vindo das organizações políticas mais diferenciadas, algumas delas representando milhões de pessoas, como a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), partidos comunistas, socialistas, social-democratas, igrejas e sindicatos».

Entre os representantes africanos presentes encontravam-se, entre outros, o do Conselho Nacional Africano da África do Sul, o do Partido ZAPU de Zimbábue, o do Congresso Nacional Africano e os representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Participaram ainda nos trabalhos da II RIP, o secretário-geral adjunto da «OSPAA» e o director do Centro contra o «Apartheid» das Nações Unidas.

pelos trabalhadores de Berlim-Oeste, em aliança com os partidos da direita (PPD e CDS) é contrária e antagónica aos interesses dos trabalhadores e das massas populares, agrava as dificuldades económicas e restabelece laços de dependência a soberania nacional, o PCP luta por uma solução democrática, na base do acordo para uma plataforma em cuja realização estejam interessadas amplas forças sociais e políticas e que corresponda aos interesses do povo e do país.

Prosseguindo firmemente a sua política de unidade, o PCP está certo de que, apesar da complexidade, perigos e dificuldades da conjuntura, as liberdades e as outras conquistas da revolução portuguesa serão defendidas com êxito e a democracia prosseguirá em Portugal, embora num processo irregular, rumo ao socialismo.

Queridos Camaradas:

Desajamplio sucesso aos trabalhos do vosso V Congresso e fazemos votos porque a aplicação das suas resoluções se traduza no reforço do Partido e da unidade da classe operária e dos trabalhadores de Berlim-Oeste, no avanço da vossa luta pela justiça e o progresso social, pela democracia, a paz e o socialismo.

Queremos aproveitar esta ocasião para vos manifestar o nosso agradecimento profundo pela acção solidária do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste para com a revolução portuguesa e o Partido Comunista Português. Pelo nosso lado vos asseguramos que podéis contar sempre com a solidariedade e o apoio dos comunistas portugueses na vossa luta por uma sociedade democrática, pacífica e progressista em Berlim-Oeste.

Desajamplio sucesso aos trabalhos do vosso V Congresso e fazemos votos para que o povo português e os trabalhadores de Berlim-Oeste se desenvolvam relações de amizade e solidariedade, no seu interesse comum e no interesse da paz e da cooperação entre os povos.

PARTICIPEMOS EM MASSA NO 1.º DE MAIO NAS GRANDES MANIFESTAÇÕES UNITÁRIAS!

Reforçar a unidade contra o divisionismo

Uma vida melhor, na paz, na liberdade, na consolidação da democracia a caminho do socialismo são os grandes anseios da classe operária, dos restantes trabalhadores e de todo o povo, ao prepararem as comemorações do 1.º de Maio de 1977, num momento em que — como mais uma vez assinala o Comité Central do PCP no seu manifesto alusivo à data — as conquistas da revolução estão submetidas a uma grave ofensiva, em que os direitos e liberdades conquistados são objecto de crescentes violações e medidas restritivas, em que o agravamento da situação económica e financeira e as actividades reaccionárias projectam sobre o regime democrático perigos consideráveis.

Num apelo à classe operária da cidade e do campo, a todos os trabalhadores e democratas, o PCP, ao saudar o 1.º de Maio, demonstra o seu firme propósito de contribuir, este ano como sempre, com todas as suas forças, para que a Festa dos Trabalhadores constitua uma grandiosa jornada unitária que marque a firme determinação popular de defender a democracia portuguesa das ameaças da reacção, de a manter no rumo do socialismo, como consagra a Constituição.

A saudação do nosso Partido a toda a população laboriosa de Portugal, nas vésperas do 1.º de Maio, assinala o seu esforço criador, a sua luta, o seu trabalho de todos os dias na defesa corajosa das grandes conquistas democráticas do nosso povo e recorda o seu combate prolongado e persistente contra a ditadura fascista, designadamente nas heróicas jornadas do 1.º de Maio anteriores ao 25 de Abril, empunhando a bandeira da luta pela paz, pela liberdade, pelo pão e abrindo caminho para a vitória final sobre o fascismo e o colonialismo, num tempo de repressão violenta e assassina.

Daí nasceu uma Festa inesquecível. Daí nasceu o 1.º de Maio de 1974. Relembrando-o, o PCP sublinha no esmagador apoio popular à acção libertadora dos militares patriotas, a impressionante grandeza do levantamento popular convergente com o levantamento militar, marcando decisivamente a força da intervenção autónoma e independente do movimento

operário e popular, determinante para o êxito do processo de democratização da vida nacional.

Numa breve análise da situação, nestes dias em que os trabalhadores organizados fazem todos os esforços para um 1.º de Maio de unidade e de luta, o CC do PCP chama de novo a atenção, naquele manifesto, para "a profunda crise da economia, que tende a agravar-se por força de uma política irresponsável e divorciada da Constituição" e reafirma o desejo repetidamente manifestado pelos trabalhadores de contribuírem de forma responsável e construtiva para encontrar uma solução nacional para os graves problemas do País.

Ao agravamento das suas condições de vida os trabalhadores opõem uma firme resistência e uma sólida unidade. A sua experiência e imaginação criadora desejam os trabalhadores pô-las ao serviço da tarefa nacional e patriótica de sair da crise em que a economia nacional está mergulhada, impedindo a marcha para o colapso através de uma solução democrática capaz de vencer as dificuldades e os perigos actuais.

Ao apelar para a classe operária, para todos os trabalhadores portugueses, no sentido de participarem em massa nas comemorações unitárias já convocadas para Lisboa, Porto e outros pontos do País, o PCP encara o próximo 1.º de Maio como vibrante jornada de desmascaramento de novas manobras divisionistas pelo reforço da unidade dos trabalhadores, pela consolidação das suas estruturas de classe e do seu movimento sindical unitário, que constituem fortes barreiras contra "o avanço da reacção e sólida garantia da defesa dos interesses populares e nacionais".

A intervenção determinante dos trabalhadores e das massas populares na solução democrática e patriótica dos graves problemas actuais é preocupação que deve presidir às comemorações do 1.º de Maio por todo o País, "numa unida e combativa jornada de luta em defesa das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, pela recuperação económica e contra a recuperação capitalista, pela defesa e aplicação da Constituição".



A primeira Festa do Trabalho, em 5 de Setembro de 1882, na cidade de Nova Iorque, segundo uma estampa da época. Entre as grandes reivindicações expressas nos cartazes figurava o dia de trabalho de oito horas e "todos os homens nasceram iguais". Quatro anos mais tarde, em 1886, no dia 1 de Maio, nasceu no meio da repressão sangrenta contra uma manifestação operária, em Chicago, a data que ficou célebre e é comemorada em todo o mundo como Dia Mundial dos Trabalhadores

QUEM DEFENDE OS PEQUENOS AGRICULTORES?

A Comissão Concelhia de Porto de Mós do Partido Comunista Português, em recente análise à população, transmite com clareza a orientação sempre constante no programa do PCP de defesa dos pequenos e médios agricultores, trabalhadores do campo cujos braços e entusiasmos são indispensáveis na construção da democracia no nosso país.

«A vida dura e difícil de todos aqueles que nos campos trabalham a terra, expostos aos rigores do tempo, sempre na

incerteza do resultado do seu trabalho, sem férias e muitas vezes sem descanso semanal, sem assistência médica eficiente, sem uma reforma digna, etc., continua a ser ignorada pelos responsáveis do Governo, apesar das promessas feitas.

Assiste-se neste momento ao aumento do custo de produção de factores agrícolas — rações, adubos, combustíveis, pesticidas, etc. —, sem que os preços pagos ao produtor compensem os referidos aumentos, antes pelo contrário, se traduzem num abaixamento de preços ao agricultor. Por outro lado os consumidores, e em particular os que menos têm, enfrentam cada vez mais não só o aumento escandaloso do preço no mercado piorando as suas condições de vida, como a breve prazo a falta de produtos mais necessários à sua alimentação.

Os produtores de carne de porco, borrego e frango estão a ser gravemente atingidos pois viram aumentar os preços das rações e descer os preços de compra ao produtor e, mesmo em muitos casos, apesar de baixarem ainda mais os preços em seu próprio prejuízo, é com dificuldade que encontram comprador. A subida do preço do leite ao produtor foi de 12% enquanto o aumento do preço das rações os 20%.

Estas e outras medidas agora anunciadas pelo Governo, com o apoio dos partidos da direita reaccionária e fascista, vêm arruinar muitos pequenos agricultores ao mesmo tempo que permite aos grandes industriais e agrários da CAP, CIP, CDS e PPD encherem os bolsos.

A Comissão Concelhia de Porto de Mós do Partido Comunista Português não pode deixar de denunciar esta política do Governo PS que, cedendo às exigências da CAP e dos partidos da direita reaccionária, agrava substancialmente as condições de vida dos pequenos e médios agricultores. Por isso perguntamos, afinal quem defende os pequenos e médios agricultores?

A Comissão Concelhia de Porto de Mós do Partido Comunista Português apela a todos os pequenos e médios agricultores do concelho para que se organizem na formação de comissões locais, de freguesia, em Cooperativas, etc., pois só assim podem defender os seus interesses.

— Pequeno e médio agricultor do concelho de Porto de Mós, une-te àqueles que têm calos na mão como tu!
— Associa-te em cooperativas de comercialização e outras!
— Exige do Governo uma política que defenda os teus interesses!»

Festa dos trabalhadores

INICIATIVAS POR TODO O PAÍS

As comemorações do 1.º de Maio decorrerão por todo o País. Pequenas e grandes iniciativas terão, para além do seu volume, o mesmo significado. Os programas já divulgados apontam todos para a mobilização dos trabalhadores, para o reforço da sua unidade e para a luta pela recuperação económica contra a recuperação capitalista.

A extensão e a variedade das comemorações impede-nos de as noticiar uma a uma com o desejado relevo. Citaremos, no entanto, algumas sem esquecer muitas outras de que temos conhecimento e onde o espírito e os objectivos dos trabalhadores são, por todo o lado, os mesmos.

Embora lembrando o passado e as suas lutas, é o presente que encabeça os objectivos das comemorações do 1.º de Maio. Esse presente apontado ao futuro

é bem ilustrado pela Comissão de Moradores do Alto do Molinho, em Corroios, no Seixal, que após mais de dois anos de trabalho e cansaças, inaugurará, no 1.º de Maio, um parque infantil, na Rua Bento de Jesus Caraca. Obra dos trabalhadores, o parque é um símbolo das conquistas alcançadas nestes anos de revolução. Em benefício das crianças, tão abandonadas pelo fascismo, o «Jardim da Liberdade» aponta o caminho da unidade, do projecto unitário realizado em comum.

Em Lisboa, além do desfile que terminará com um comício no Estádio 1.º de Maio, haverá muitas outras iniciativas, na cidade e em todo o distrito, incluindo provas desportivas de várias modalidades, colóquios, debates, sessões de canto livre e desfile de bandas de música.

No Porto, haverá uma manifestação na Praça do General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade. As empresas intervencionadas e geridas pelos trabalhadores estarão presentes com uma exposição. Foguetes, música e desfiles darão brilho e entusiasmo à Festa.

Com variantes, ao cuidado da imaginação dos trabalhadores e das suas organizações, o mesmo sucederá noutras cidades, vilas e aldeias do País, no prosseguimento, aliás, das iniciativas já realizadas e a realizar esta semana. O que já se fez e o que se projecta deixa prever, para o próximo domingo, uma Festa dos Trabalhadores com uma adesão maciça, numa grandiosa manifestação de unidade a nível nacional e em defesa dos reais interesses do País.

É ASSIM QUE QUEREM AUMENTAR A PRODUÇÃO?

Aumenta a vaga de desemprego entre pequenos e médios agricultores atingidos por uma política governamental de aumento dos produtos essenciais para a produção, de tal modo gravosa que ameaça provocar uma quebra da produção ainda mais grave do que a causada pelos acidentes climáticos do último inverno e da actual Primavera.

Diversas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores têm tomado posição sobre esta ofensiva de subida de preços. Recentemente a Liga dos Agricultores de Chaves denunciou os aumentos escandalosos verificados nas vacinas e nas rações para bovinos, suínos, aves, etc.

Para se ter um ideia dos preços ruinosos, agora estipulados, basta dizer que por uma vacina que custava 25500 passou o agricultor a pagar 125000 ou seja um aumento de 500%. Perante isto perguntamos aos agricultores: «Como é que nós agricultores podemos ter gosto para criar mais gado? Ele já nos é tão bem pago que ainda nos vêm sobrecarregar mais as costas, em vez do apoio recebemos mais encargos e cortamos os subsídios.»

«E como se não bastasse isto e a nossa difícil situação, sai no «Diário da República» a portaria n.º 101-F/77, que estabelece grandes aumentos nos preços das rações.

As rações granuladas têm um preço igual a mais 15 por kg, ou seja 7500 por saco de 50 kg. Portanto os aumentos são de 50000, e até de 85000 por saco...

Perguntamos: Como se podem compreender estas medidas? Afinal como querem aumentar a produção?

— Queremos ouvir a nossa voz junto do Governo, Presidente da República e na Assembleia da República!

— Queremos garantia de escoamento e um preço justo para o gado!

— Queremos medidas que acabem com os grandes comerciantes!

— Queremos que a JNPP seja reestruturada de forma que nos sirva!

— Queremos apoio e não aumento das rações e das vacinas!

— Queremos que o 25 de Abril chegue até nós, queremos uma vida melhor nos campos!»

Este problema de aumento dos produtos essenciais para a produção agrícola e pecuária pesa também na vida das UCPs e cooperativas agrícolas já tão atingidas pela política de boicote à Reforma Agrária conduzida por todo o Governo PS e em particular pelo MAP. Tomando posição sobre a política de evidente desprezo pelos interesses das classes trabalhadoras dos campos,

praticada pelo Governo, os Secretariados das UCPs de Beja, Évora, Santarém, Setúbal e Portalegre denunciaram recentemente:

«Não há, embora a Constituição o determine, preços de garantia, nem a certeza de colocação dos produtos. O Governo pratica uma política de importação de carnes congeladas e cereais que prejudica e retira a economia nacional e provoca o aumento de preços no consumidor.

«Agricultores não têm tido o apoio adequado em equipamentos. Por exemplo, na UCP 26 de Janeiro, na Vidigueira, onde os trabalhadores apresentaram um projecto viável para a construção de um alfareiro para porcos e outro de vacas, projecto que chegou a ser autorizado pelo Governo e anunciado nos órgãos de comunicação, é agora rejeitado e cortado o seu financiamento, sem explicação aceitável. Esta mesma Unidade Colectiva de Produção criou o ano passado 30 000 perus que o Governo não quis comercializar. Os perus foram vendidos pela cooperativa a 44\$00/kg, mas o consumidor veio a pagar 100\$00 e 120\$00 por quilo.

Sr. Mário Soares, de quem é a culpa do aumento do custo de vida? Dos trabalhadores que produzem e querem aumentar a produção? Ou do Governo e da reacção que protegem os grandes intermediários e os grandes capitalistas?»



Os trabalhadores das empresas em autogestão e cooperativas reúnem-se em Lisboa para defender um importante sector da economia nacional

Empresas em autogestão e cooperativas

ENCONTRO NACIONAL ABRE CAMINHO ÀS MELHORES SOLUÇÕES PARA O SECTOR

O Projecto de Lei n.º 41/I, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP à Assembleia da República e ao qual fizemos referência no número do Avante! de 14 do corrente, mereceu a concordância dos trabalhadores reunidos no Encontro Nacional das Empresas em Autogestão e Cooperativas, que decorreu no último sábado, nas instalações da Carris em Santo Amaro. Convocado pelos secretariats daquelas empresas de Lisboa, Porto e Coimbra e pelas Uniões de Sindicatos dos mesmos distritos, o Encontro, durante o qual se debateram outras questões relacionadas com o sector, contou com a presença de cerca de 150 representantes, que aprovaram o projecto dos deputados comunistas «por nele se conterem, na sua essencialidade, as propostas dos trabalhadores sobre o regime jurídico das empresas em autogestão».

Preparado nas últimas semanas através de um debate nas empresas interessadas e, mais tarde, em encontros regionais, o Encontro Nacional caracterizou-se por uma ampla representatividade, conferindo mandato aos respectivos secretariats de Lisboa, Porto e Coimbra e ao Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional para apresentarem as decisões aprovadas à Assembleia da República.

A Proposta de Lei 60/I da autoria do Governo e que se refere, por sua vez, à instituição e funcionamento das empresas autogestionadas foi também analisada e discutida merecendo fortes reparos, discordâncias

e críticas por parte dos trabalhadores, nomeadamente o artigo 40.º, que define a situação do proprietário e onde, entre outras soluções, se prevê um prazo de dois anos, a contar da data da publicação do diploma, para o ex-patrão reclamar nos tribunais a restituição da firma. Os representantes recusaram esse prazo, pois «são mais dois anos de situação ambígua» que os trabalhadores «vão viver», permitindo-se, por outro lado, a reivindicação da posse da empresa por parte do patrão, quando este entender que «ela já é lucrativa», depois de beneficiada com os esforços dos trabalhadores para a sua recuperação.

Quanto à Proposta de Lei do Governo (56/I) que cria o Instituto

Nacional das Empresas em Autogestão (INEA), também analisada e discutida no Encontro, os representantes recusaram, nomeadamente, a composição prevista para os órgãos dirigentes desse organismo que funcionaria sob a tutela do Ministério do Trabalho e disporia de um presidente, nomeado sob proposta do titular dessa pasta, a par de um conselho consultivo formado por representantes de sete ministérios.

Os participantes no Encontro, conforme o teor de várias intervenções, manifestaram a exigência da representação dos trabalhadores nesse conselho, «com representatividade por ramos de actividade» e acusaram o Governo do PS de «mais uma vez» afastar os trabalhadores da intervenção prévia em questões que directamente lhes dizem respeito e se relacionam com os seus interesses.

Esse Proposta do Governo tenderia, no entender dos representantes, a transformar o INEA «num grande patrão que tudo decide», sem que os trabalhadores tenham sido ouvidos através das suas organizações de classe verdadeiramente representativas, para a criação desse organismo com «poderes ditatoriais».

Lembrando o artigo 56.º da Constituição, que, para casos como este, manda ouvir os trabalhadores, os participantes no

Encontro criticaram ainda a Proposta governamental n.º 60/I por não prever qualquer suspensão das penhoras e acções de despejo impostas aos trabalhadores, obrigados a pagar «os erros, as sabotagens e as dívidas dos patrões que abandonaram as empresas».

Foi criticado ainda o artigo 31.º da Proposta governamental, que atribui ao INEA a gestão dos lucros das empresas autogestionadas, depois de retirados 25% para distribuição pelos trabalhadores, bem como a intervenção daquele organismo nos contratos com clientes (artigo 29.º) e outras disposições que pretendem fazer do INEA um «auténtico grande patrão das empresas autogestionadas».

Da mesa que presidiu ao Encontro fazia parte um representante da CGTP-Intersindical Nacional. O apoio da central única foi reafirmado, mais uma vez, aos trabalhadores das empresas em autogestão e cooperativas, cuja participação neste e noutros tipos de realizações é de todo necessária para que prosiga eficazmente a defesa da recuperação económica, salvaguardando os postos de trabalho e a defesa de todo o aparelho produtivo, não ao serviço dos recuperadores capitalistas, mas do verdadeiro interesse nacional.

Tipo de ração	preço/kg antes/ agora	preço/saco de 50kg antes/ agora
A-102(pintos de postura até 6 semanas)	6510/7510	305500/355500
B-311(Vilões com mais de 3 meses—recria)	4570/6540	235500/320500